

Diário do Legislativo de 07/07/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Hely Tarquínio

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Márcio Kangussu

2) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Antônio Andrade

Vice-Líder: José Henrique

3) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Bené Guedes

Vice-Líder: Marcelo Gonçalves

4) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Glycon Terra Pinto

5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Navarro Vieira

Vice-Líder: Paulo Piau

6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Olinto Godinho

Vice-Líder: Cristiano Canêdo

7) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Rogério Correia

Vice-Líder: Adelmo Carneiro Leão

8) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

9) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Agostinho Silveira

Vice-Líder: Eduardo Brandão

10) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Chico Rafael

Vice-Líder: Elaine Matozinhos

11) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Alberto Pinto Coelho

Vice-Líderes: Eduardo Hermeto, Maria José Hauelsen e Rêmoló Aloise

12) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Paulo Pettersen

13) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Carlos Pimenta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB Presidente

Deputado Doutor Viana PDT Vice-Presidente

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Sargento Rodrigues PL

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Arlen Santiago PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputada Elaine Matozinhos PSB

Deputado Ivo José PT

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ambrósio Pinto PTB Presidente

Deputado Eduardo Brandão PL Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado José Henrique PMDB

SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado José Milton PL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado César de Mesquita PMDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado José Milton PL

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14 horas

EFETIVOS:

Deputado João Paulo PSD Presidente

Deputada Elaine Matozinhos PSB Vice-Presidente

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Bené Guedes PDT

SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputada Maria José Haueisen PT

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado João Leite PSDB Presidente

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Vice-Presidente

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Irani Barbosa PSD

SUPLENTE:

Deputada Elbe Brandão PSDB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado João Batista de Oliveira PDT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Cabo Morais PL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB Vice-Presidente

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado José Milton PL

SUPLENTE:

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Paulo Piau PFL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Agostinho Silveira PL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Márcio Cunha PMDB Presidente

Deputado Mauro Lobo PSDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Hermeto PSB

Deputado Rêmoló Aloise PFL

Deputado Miguel Martini PSN

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Olinto Godinho PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Cabo Morais PL Presidente

Deputada Maria José Haueisen PT Vice-Presidente

Deputado Fábio Avelar PSDB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Adelino de Carvalho PMN

SUPLENTES:

Deputado Eduardo Brandão PL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Wanderley Ávila PSDB

Deputado César de Mesquita PMDB

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado João Batista de Oliveira PDT Presidente

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Márcio Kangussu PSDB

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

SUPLENTES:

Deputada Maria José Hauelsen PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Fábio Avelar PSDB

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Dinis Pinheiro PSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Elmo Braz PPB Presidente

Deputado Djalma Diniz PSD Vice-Presidente

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputada Maria Olívia PSDB

Deputado Marco Régis PPS

SUPLENTE:

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado João Paulo PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Miguel Martini PSN

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Edson Rezende PSB Presidente

Deputado César de Mesquita PMDB Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

SUPLENTE:

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15h30min

EFETIVOS:

Deputado Ivo José PT Presidente

Deputado Amilcar Martins PSDB Vice-Presidente

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

SUPLENTES:

Deputado Rogério Correia PT

Deputado João Leite PSDB

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Eduardo Hermeto PSB

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arlen Santiago PTB Vice-Presidente

Deputado Wanderley Ávila PSDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

SUPLENTES:

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Antônio Andrade PMDB

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputada Elbe Brandão PSDB Presidente

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT Vice-Presidente

Deputado Márcio Cunha PMDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Pastor George PL

SUPLENTES:

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Debates

1.2 - 25ª Reunião Extraordinária

1.3 - Reuniões de Comissões

2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 5/7/99

Presidência do Deputado João Paulo

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum" - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Ailton Vilela - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Eduardo Daladier - Fábio Avelar - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - José Henrique - Mauri Torres - Mauro Lobo - Pastor George - Rêmoló Aloise.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado João Paulo) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 6, às 9 horas; para a reunião especial de amanhã, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 6/7/99

Presidência do Deputado Anderson Adauto

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Atas - 2ª Parte (Ordem do Dia): Questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Adauto - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elbe Brandão -

Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Mauri Torres - Miguel Martini - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Às 9h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das três reuniões anteriores.

1ª Parte

Atas

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura das atas das três reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Questão de Ordem

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, solicitaria a suspensão da reunião por alguns minutos, a fim de tratarmos de alguns itens pertinentes a um acordo para a votação da LDO. Isso vai ser tratado às 10 horas, mas tem relação com os interesses do Poder Legislativo.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai suspender a reunião por 15 minutos para entendimentos entre as Lideranças. Estão suspensos os trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião especial, também de hoje, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO Extraordinária DA COMISSÃO especial para proceder a estudos sobre o endividamento do estado

Às quatorze horas e trinta minutos do dia primeiro de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Eduardo Hermeto, Maria Tereza Lara e Mauro Lobo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Eduardo Hermeto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir o Sr. Raul Veloso, Consultor especialista em finanças públicas, a quem é passada a palavra. Registra-se a presença do Deputado Antônio Roberto. Ato contínuo, o Deputado Eduardo Hermeto, tendo que se ausentar, passa a presidência ao Deputado Mauro Lobo. A seguir, a reunião é suspensa, para participação dos Deputados em votação de Plenário. Reiniciados os trabalhos e nada mais havendo a se tratar, a Presidência agradece a presença do convidado e dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de julho de 1999.

Eduardo Hermeto, Presidente - Mauro Lobo - Antônio Roberto - Paulo Piau - Maria Tereza Lara.

ATA DA 15ª REUNIÃO Ordinária da comissão do trabalho, da previdência e da ação social

Às dez horas do dia quinze de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivo José, Amílcar Martins, Cristiano Canêdo, Luiz Menezes e Ronaldo Canabrava. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivo José, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Amílcar Martins, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente registra a presença do Deputado Adelmo Carneiro Leão e informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a ouvir os Srs. Amauri Sebastião Nieheus, Superintendente Estadual do Banco do Brasil em exercício; Marília Prado Lima, Gerente do Núcleo de Governo do Estado de Minas Gerais do Banco do Brasil; e Flávio Faria Felicíssimo, Gerente de Mercado da Área Comercial da Caixa Econômica Federal, os quais irão discutir os Programas sobre Geração de Emprego e Renda no Estado - PROGER. A seguir, o Deputado Ivo José procede à leitura da seguinte correspondência: do Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente do Conjunto Santa Maria e Vilas Adjacentes, informando sobre sua luta pelo prosseguimento do Programa Toriba e por maior participação popular nas políticas públicas; do Deputado Alencar da Silveira Júnior, encaminhando, para análise desta Comissão, carta dos funcionários do Mappin-Mesbla, na qual solicitam o apoio da bancada política de Minas Gerais a fim de preservar sete mil empregos diretos e trinta mil indiretos; convite para o seminário sobre o tema "Meio Ambiente do Trabalho", a ser realizado no dia 17 de junho, no auditório da Faculdade de Direito da UFMG; do Sr. Stelo Aleixo de Castro, Presidente do Conselho Fiscal da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais, solicitando a realização de uma reunião desta Comissão para discutir a situação de aposentados e pensionistas; do Sr. Edson Eustáquio da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar de Bocaiúva, relatando as reivindicações dos trabalhadores da Industrial Malvina S.A.; da Sra. Marley Silva Moraes Araújo, Presidente do Movimento de Mulheres Engenheiro Dolabela, relatando os graves problemas sociais ocasionados pela paralisação da Usina Malvina, situada no Município de Bocaiúva. A seguir, o Presidente designa os relatores das seguintes matérias: dos Projetos de Lei nºs 300 e 345/99, Deputado Cristiano Canêdo; 303 e 336/99, Deputado Amílcar Martins; 320 e 192/99, Deputado Ronaldo Canabrava; 325/99, Deputado Luiz Menezes. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado Amílcar Martins emite parecer sobre o Projeto de Lei nº 230/99, no 1º turno, mediante o qual conclui pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições sujeitas à deliberação conclusiva da Comissão. Em virtude de a matéria ser de sua autoria, o Deputado Ivo José transfere a Presidência ao Deputado Amílcar Martins. Submetido a discussão e votação, em turno único, é aprovado o Projeto de Lei nº 259/99 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Luiz Menezes). Reassumindo a Presidência, o Deputado Ivo José submete a discussão e votação, em turno único, os Projetos de Lei nºs 266/99 (relator: Deputado Amílcar Martins); 272/99 (relator: Deputado Ronaldo Canabrava); e 275/99 (relator: Deputado Luiz Menezes), os quais são aprovados. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Deputado Ivo José passa a direção dos trabalhos para o Deputado Ronaldo Canabrava e apresenta requerimento em que solicita seja enviado convite ao Presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais para fazer uma explanação sobre a situação dos aposentados e pensionistas, bem como discutir questões ligadas à previdência social. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Reassumindo a Presidência, o Deputado Ivo José coloca em discussão e votação os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 124, 145, 163 e 234/99, os quais são aprovados. Dando prosseguimento aos trabalhos, convida os expositores a tomar assento à Mesa e, em seguida, passa a palavra ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, autor do requerimento que suscitou esta reunião, para suas considerações iniciais. Após a exposição dos convidados, passa-se à fase dos debates, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos convidados, dos Deputados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de junho de 1999.

Ivo José, Presidente - Luiz Menezes - Cristiano Canêdo.

ATA DA 11ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

Às quinze horas do dia vinte e dois de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elbe Brandão, Alberto Bejani e Eduardo Daladier (substituindo este ao Deputado Alencar da Silveira Júnior, por indicação da Liderança do PDT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Elbe Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eduardo Daladier, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. A Presidente transfere a direção dos trabalhos ao Deputado Alberto Bejani e apresenta requerimento, em que solicita seja em nome da Comissão a audiência que terá, em 23/6/99, com o Vice-Presidente da República, para tratar do PRODETUR no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de julho de 1999.

Elbe Brandão, Presidente - Alencar da Silveira Júnior - Pastor George - Márcio Cunha.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e três de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Viana, Arlen Santiago, Chico Rafael e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Viana, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Arlen Santiago, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e dá ciência aos parlamentares de correspondência do Sr. Ivan Ribeiro de Oliveira, Presidente da TELEMAR-MG, acusando o recebimento do convite para participar de reunião desta Comissão, com o objetivo de apresentar os planos dessa companhia para Minas Gerais, lamentando a impossibilidade de comparecer à reunião no dia 23 do corrente e solicitando reprogramar a sua participação a partir do dia 28/6/99. A Presidência informa o recebimento das seguintes proposições, bem como os relatores a quem foram distribuídas: Projetos de Lei n°s 93/99 ao Deputado Arlen Santiago; 346/99 ao Deputado Chico Rafael e 361/99, ao Deputado Doutor Viana, todos no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado Chico Rafael apresenta requerimento solicitando inversão da pauta da reunião. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Com a palavra, o Deputado Chico Rafael, relator do Projeto de Lei n° 264/99, no 1º turno, emite seu parecer pela aprovação da matéria na forma proposta. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Registra-se nesse momento a presença do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que assume a Presidência da reunião. Com a palavra, o Deputado Arlen Santiago, relator do Projeto de Lei Complementar n° 11/99, no 1º turno, solicita prazo regimental para emitir o seu parecer. O Presidente defere o pedido. Registra-se a presença do Deputado Antônio Carlos Andrada. O Presidente informa que continua em discussão o parecer de sua autoria sobre o Projeto de Lei n° 112/99, no 1º turno. Com a palavra, o Deputado Antônio Carlos Andrada apresenta requerimento solicitando o adiamento de discussão do referido parecer. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia. É colocado em votação e aprovado o Requerimento n° 390/99, de autoria do Deputado Doutor Viana, que solicita ao Secretário de Estado de Recursos Humanos e Administração providências para se manterem convênio e termo de cessão de uso de veículo com a Prefeitura Municipal de Felixlândia, tornando sem efeito o Ofício SCATIS-DT n° 397/99, que determinou o fim do referido convênio e a devolução do veículo placa GMG-1799. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia com a discussão e a votação de proposição da Comissão. Com a palavra, o Deputado Arlen Santiago apresenta requerimento solicitando convidar o Secretário de Estado de Recursos Humanos e Administração, Deputado Sávio Souza Cruz, para participar de reunião da Comissão, com a finalidade de elucidar questões com relação a verbas retidas e recolhimento de veículos com distribuição imediata a outras prefeituras. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de junho de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Chico Rafael - Doutor Viana - Arlen Santiago.

ATA DA 13ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Às quinze horas do dia vinte e três de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Álvaro Antônio, Dinis Pinheiro e Wanderley Ávila, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Álvaro Antônio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wanderley Ávila, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Presidente lê ofício do Sr. Antônio dos Reis Gonçalves, Vereador à Câmara Municipal de Uberaba, e solicita à assessoria que analise a questão. Prosseguindo, lê ofício do Sr. Antônio Carlos Pereira, Presidente da BHTrans. Ato contínuo, o Presidente distribui o Projeto de Lei n° 270/99 ao Deputado Bilac Pinto. A seguir, passa-se à discussão e à votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. A Presidência submete a votação, cada um por sua vez, os Requerimentos n°s 382, 384, 385 e 387/99, os quais são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de julho de 1999.

Álvaro Antônio, Presidente - Bilac Pinto - Wanderley Ávila.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às quinze horas e trinta minutos do dia vinte e três de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Cunha, Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Miguel Martini, Olinto Godinho e Rêmoló Aloise, membros da supracitada Comissão. Estão presentes também os Deputados Dinis Pinheiro e Doutor Viana. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Cunha, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Olinto Godinho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria da pauta e comunica o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores a seguir citados: Projetos de Lei n°s 15, 127 e 230/99 (Deputado Rêmoló Aloise); 76, 238 e 298/99 (Deputado Olinto Godinho); 11 e 284/99 (Deputado Miguel Martini); 255/99 (Deputado Eduardo Hermeto); 289/99 (Deputado Rogério Correia) e 295/99 (Deputado Márcio Cunha). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Colocados em discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela aprovação, em 2º turno, do Projeto de Lei n° 30/99 na forma do vencido em 1º turno (relator: Deputado Márcio Cunha); e, em 1º turno, dos Projetos de Lei n°s 29/99 na forma do Substitutivo n° 1 (relator: Deputado Rogério Correia); 90/99 na forma do Substitutivo n° 2 (relator: Deputado Olinto Godinho); 40/99 com a Emenda n° 1 (relator: Deputado Rogério Correia); 67/99 e 126/99 (relator: Deputado Miguel Martini); 66/99 com as Emendas n°s 1 e 2 (relator: Deputado Márcio Cunha); 162/99 com a Emenda n° 1 (relator: Deputado Miguel Martini) e 238/99 com a Emenda n° 1 (relator: Deputado Rêmoló Aloise). Colocado em discussão e votação, é aprovado o parecer pela rejeição, em 1º turno, do Projeto de Lei n° 138/99 (relator: Deputado Rogério Correia). O Deputado Rêmoló Aloise emite parecer em que conclui pela rejeição, em 1º turno, do Projeto de Lei n° 104/99. Na fase de discussão, o Presidente abre prazo para vista da proposição. O Deputado Mauro Lobo continua a fazer uso do prazo regimental para emitir parecer sobre a Emenda n° 3, apresentada em 1º turno, em Plenário, do Deputado Edson Rezende. A seguir, o Presidente converte em diligência à Secretaria de Recursos Humanos e Administração pedidos dos Deputados Eduardo Hermeto e Mauro Lobo, relatores dos Projetos de Lei n°s 207 e 278/99, respectivamente. O Deputado Márcio Cunha, na qualidade de relator do Projeto de Lei n° 147/99, em 1º turno, emite parecer por sua aprovação com as Emendas n°s 1 e 3 e pela rejeição da Emenda n° 2. Na fase de discussão, o Deputado Eduardo Hermeto apresenta requerimento em que pede sejam solicitadas informações ao Secretário da Fazenda sobre o impacto financeiro e orçamentário do projeto. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. O Presidente abre o prazo regimental para que seja convertido em diligência o referido projeto. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. O Deputado Mauro Lobo apresenta requerimento em que solicita seja manifestada à Mesa da Assembléia a necessidade da revisão da tramitação de requerimentos aprovados nas comissões. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da

ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de junho de 1999.

Márcio Cunha, Presidente - Olinto Godinho - Mauro Lobo - Miguel Martini.

ATA DA 4ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão do trabalho, da previdência e da ação social

Às dezenove horas do dia vinte e oito de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem no auditório do Instituto Católico de Minas Gerais, na cidade de Coronel Fabriciano, os Deputados Ivo José, Cristiano Canêdo e Luiz Menezes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivo José, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Cristiano Canêdo, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas e são subscritas pelos membros presentes. A seguir, informa que a reunião se destina a ouvir o Sr. Edgar Pontes de Magalhães, que fará explanação sobre a pesquisa "Trajetória dos Desempregados do Vale do Aço Mineiro" e a quem convida a tomar assento à mesa. O Deputado Ivo José, autor do requerimento que suscitou esta reunião, tece suas considerações iniciais. Após a exposição do Sr. Edgar Pontes de Magalhães, passa-se à fase de debates, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de junho de 1999.

Ronaldo Canabrava, Presidente - Cristiano Canêdo - Luiz Menezes.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DO CÔLERA NO VALE DO JEQUITINHONHA

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e nove de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Arlen Santiago, César de Mesquita, Doutor Viana e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado César de Mesquita, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, informa que a reunião se destina a ouvir representantes da Secretaria da Saúde, da Fundação Nacional de Saúde, da Caixa Econômica Federal e da COPASA-MG, que irão discutir a incidência do cólera no vale do Jequitinhonha. O Presidente registra a presença dos Srs. Juarez Panisset, Superintendente de Planejamento da Diretoria Leste da COPASA-MG; Gilberto Nonato Ferreira da Costa, Gerente de Mercado da Caixa Econômica Federal no Estado, e Mário César de Sá Horta, Coordenador do Laboratório Metropolitano da COPASA-MG. A seguir, procede à leitura de Decisão da Mesa relativa ao não-recebimento de proposição e publicada no "Diário do Legislativo" de 24/6/99. Após, o Presidente tece seus comentários iniciais, e, a começar pelo Sr. Juarez Panisset, os convidados discorrem sobre o tema em questão e respondem às perguntas formuladas pelos Deputados. Encerrada essa fase, o Deputado Márcio Kangussu apresenta requerimento em que solicita seja reiterado o convite ao Secretário da Saúde e ao Coordenador Regional da Fundação Nacional de Saúde para participarem de reunião da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. O Presidente tece seus comentários finais e informa que os assuntos tratados na reunião se encontram registrados nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de julho de 1999.

Arlen Santiago, Presidente - César de Mesquita - Doutor Viana - Márcio Kangussu.

ATA DA 12ª REUNIÃO Ordinária da comissão de assuntos municipais e regionalização

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e nove de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ambrósio Pinto, Aílton Vilela e José Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ambrósio Pinto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado José Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, designa o Deputado Aílton Vilela como relator do Projeto de Resolução nº 166/99, no 1º turno, e informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Presidente passa a palavra ao Deputado José Henrique, relator da emenda e dos substitutivos apresentados no 1º turno, em Plenário, ao Projeto de Lei Complementar nº 4/99, o qual emite parecer concluindo pela rejeição da Emenda nº 1 e do Substitutivo nº 1 e pela aprovação do Substitutivo nº 2. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de julho de 1999.

Ambrósio Pinto, Presidente - Aílton Vilela - Dinis Pinheiro.

ATA DA 5ª REUNIÃO Extraordinária da comissão do trabalho, da previdência e da ação social

Às quinze horas do dia vinte e nove de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ronaldo Canabrava, Cristiano Canêdo e Luiz Menezes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ronaldo Canabrava, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Cristiano Canêdo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que se encontra sobre a mesa a carta aberta da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social ao Presidente da República e solicita aos membros da Comissão que a subscrevam. Em seguida, designa os relatores das seguintes matérias: Projetos de Lei nºs 195/99, Deputado Amilcar Martins; 369 e 379/99, Deputado Cristiano Canêdo; 370/99, Deputado Luiz Menezes. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado Ronaldo Canabrava emite parecer sobre o Projeto de Lei nº 192/99, no 2º turno, mediante o qual conclui pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições sujeitas à deliberação conclusiva da Comissão. O Presidente submete a discussão e votação, em turno único, os Projetos de Lei nºs 276, 256 e 261/99 (relator: Deputado Cristiano Canêdo), os dois últimos com emendas, que receberam o nº 1; 280, 292, 305 e 325/99 (relator: Deputado Luiz Menezes); 281 e 294/99 (relator: Deputado Ronaldo Canabrava); e 297/99 (relator: Deputado Amilcar Martins) com a Emenda nº 1, os quais são aprovados. Em virtude de a matéria ser de sua autoria, o Deputado Ronaldo Canabrava transfere a Presidência ao Deputado Cristiano Canêdo. Este submete a discussão e votação o Projeto de Lei nº 319/99 (relator: Deputado Amilcar Martins), que é aprovado. Reassumindo a Presidência, o Deputado Ronaldo Canabrava submete a votação os Requerimentos nºs 391, 399 e 419/99, os quais são aprovados. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. Com a palavra, o Deputado Luiz Menezes apresenta requerimento, solicitando seja verificada a situação das famílias instaladas, sem nenhuma infra-estrutura, às margens da BR-262, no Km 18. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Após, coloca em discussão e votação os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 146, 215, 225, 235, 240 e 249/99, os quais são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de julho de 1999.

Ronaldo Canabrava, Presidente - Cristiano Canêdo - Luiz Menezes.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Às nove horas e trinta minutos do dia trinta de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Marcelo Gonçalves e Maria Tereza Lara, membros da supracitada Comissão. Encontra-se presente também o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite,

declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que esta reunião se destina a averiguar casos de denúncia de violência policial recebidos por esta Comissão, avaliar o trabalho desenvolvido pela Ouvidoria de Polícia de Minas Gerais e apreciar a matéria constante na pauta. Em seguida, procede à leitura da seguinte correspondência: da Deputada Maria Tereza Lara, em que encaminha cópia de expediente da Câmara Municipal de Itabira enviado à HICOL Serviços Ltda., referente a retaliação ao Sr. Fernando Oliveira Silva, impedido de trabalhar pela Companhia Vale do Rio Doce, por ter desempenhado atividades no garimpo daquela região; ofício do Deputado Mauro Lopes, Secretário de Estado da Segurança Pública, informando que será representado nesta reunião pelo Delegado José Antônio de Moraes, Corregedor-Geral de Polícia daquela Secretaria; ofício do 1º-Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, encaminhando cópia de moção do Deputado Riva, em que homenageia o engenheiro Dante Martins de Oliveira pelos 15 anos da emenda das "diretas já"; carta da Sra. Heleni de Mello Fonseca, Diretora de Negócios da TELEMAR, em que informa esta Comissão sobre as paralisações telefônicas ocorridas no dia 18/5/99, as quais, segundo ela, foram programadas com o objetivo de atualizar o "software" da central. São designados os seguintes relatores: Projetos de Lei nºs 299/99, no turno - Deputada Maria Tereza Lara; 371/99, no 1º turno - Deputado Marcelo Gonçalves; 373/99, no 1º turno - Deputada Maria Tereza Lara. Passa-se à fase de discussão e votação de matérias sujeitas à apreciação do Plenário. Quanto ao Projeto de Lei nº 340/99, no 1º turno, a relatora, Deputada Maria Tereza Lara, pede o prazo regimental, o que é concedido. O Deputado João Leite passa a Presidência ao Deputado Marcelo Gonçalves, tendo em vista a apreciação de matéria sua autoria. Quanto ao Projeto de Lei nº 57/99, a relatora, Deputada Maria Tereza Lara, emite parecer pela aprovação do projeto, em 2º turno, na forma do vencido no 1º turno. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. O Deputado João Leite retoma a direção dos trabalhos. Quanto ao Projeto de Lei nº 371/99, o relator, Deputado Marcelo Gonçalves, emite parecer pela aprovação do projeto, em turno único, na forma proposta. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Ato contínuo, passa-se à fase de discussão e votação de matérias de deliberação conclusiva de Comissão. O Requerimento nº 394/99 é retirado de tramitação a pedido dos autores. O Requerimento nº 348/99 é retirado de tramitação a pedido do autor. O Requerimento nº 405/99 é retirado de tramitação a pedido do autor. O Deputado João Leite passa a Presidência ao Deputado Marcelo Gonçalves, tendo em vista a apreciação de matérias de sua autoria. Submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 406, 407, 408, 409 e 410/99. O Deputado João Leite retoma a direção dos trabalhos. Na fase de discussão e votação de matérias da Comissão, são aprovados três requerimentos: do Deputado João Leite, em que solicita o reembolso do valor de R\$112,00, referente a despesa com hospedagem em Brasília, conforme os comprovantes anexados; do Deputado Miguel Martini, em que solicita seja realizada audiência pública, com a presença dos convidados que menciona, para discutir irregularidades do processo de cassação de mandato do Prefeito Municipal de Manhuaçu e a ameaça de morte sofrida pela Vereadora Maria Imaculada Dutra; e solicitando seja realizada audiência pública desta Comissão com a Comissão de Saúde, para discutir o Projeto de Lei nº 224/99, com a presença dos convidados que menciona. A seguir, o Presidente informa que inicia-se a parte especial desta reunião, com a presença dos seguintes convidados: Dr. José Antônio de Moraes, Corregedor-Geral de Polícia da Secretaria de Estado da Segurança Pública, representante do Secretário de Estado da Segurança Pública; Ten.-Cel. Musso José Veloso, representante do Comandante-Geral de Polícia de Minas Gerais, Dr. José Roberto Rezende, Ouvidor-Geral de Polícia de Minas Gerais; Dr. Antônio Ribeiro da Silva, Presidente da Associação de Apoio e Defesa de Vítimas de Policiais e Autoridades - AADEVIP -; Sra. Heloisa Greco, representante do Movimento Tortura Nunca Mais; Sr. Gerson Lima, representante da Liga Operária Camponesa. O Deputado João Leite tece suas considerações iniciais, na qualidade de autor do requerimento que motivou a realização desta audiência pública. Passa-se à fase de debates, com a participação dos parlamentares e dos convidados, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de julho de 1999.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Marcelo Gonçalves - Maria Tereza Lara.

ATA DA 1ª REUNIÃO Conjunta da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros de Comissões Permanentes, prevista no § 1º do art. 204 do regimento interno

Às dezesseis horas do dia primeiro de julho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Júlio, representando a Comissão de Constituição e Justiça; José Henrique, representando a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; Paulo Piau, representando a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, e Sebastião Costa, representando a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; Márcio Cunha, Mauro Lobo, Eduardo Hermeto e Olinto Godinho, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Cunha, declara aberta a reunião, informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião conjunta destas Comissões, e que a reunião se destina a apreciar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 343/99, do Governador do Estado. Informa, ainda, que foi designado relator o Deputado Eduardo Hermeto e relator parcial, o Deputado Rêmoló Aloise. Com a palavra, o relator solicita sejam distribuídos avulsos de seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 343/99 com as Emendas nºs 16, 22, 60, 62, 68, 77 e 83; com as subemendas, que receberam o nº 1, às Emendas nºs 2, 4, 11, 18, 19, 26, 35, 55, 71, 81 e 100, que apresenta; pela prejudicialidade das Emendas nºs 18, 24, 27, 28, 30, 33, 34, 37, 41, 48 a 50, 52, 54, 56, 58, 66, 67, 69, 70, 73, 84 a 90, 92 a 95 e pela rejeição das Emendas nºs 1, 3, 5 a 10, 12 a 15, 17, 20, 21, 23, 25, 29, 31, 32, 36, 38, 39, 40, 42 a 47, 51, 53, 57, 59, 61, 63 a 65, 72, 74 a 76, 78 a 80, 82, 91, 97 a 99. O Presidente determina a distribuição de avulsos solicitada pelo relator. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros destas Comissões para a próxima reunião conjunta, conforme o edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de julho de 1999.

Márcio Cunha, Presidente - Rogério Correia - Chico Rafael - Rêmoló Aloise - José Henrique - Eduardo Hermeto.

MATÉRIA VOTADA

Matéria apreciada na 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 6/7/99

O Sr. Presidente deferiu, nos termos do inciso VII do art. 232, c/c o art. 140, do Regimento Interno, a seguinte proposição:

Requerimento do Dalmo Ribeiro Silva solicitando a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 315/99, uma vez que a Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir seu parecer.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 7/7/99

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Parecer da Comissão Especial sobre a indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Weliton Eustáquio de Jesus para a Presidência da UTRAMIG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Parecer da Comissão Especial sobre a indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Célio Gomes Floriani para o cargo de Diretor-Geral do IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Requerimento nº 200/99, da Comissão de Educação, em que pede sejam solicitadas informações ao Secretário de Estado da Educação sobre a situação funcional dos professores dos cursos de nível médio de qualificação profissional extintos em decorrência de medidas adotadas por esse órgão. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 203/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que pede sejam solicitadas informações ao Secretário de Estado da Casa Civil sobre a documentação do contrato entre o Estado e a empresa SMP & B Comunicação, referente à publicidade do Enduro Internacional da Independência realizado no ano passado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 204/99, da Comissão do Trabalho, em que pede sejam solicitadas informações ao Comandante da 85ª Companhia da Polícia Militar de Minas Gerais referentes a denúncias efetuadas por integrantes do Movimento Sem Terra, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 205/99, do Deputado Márcio Kangussu, em que pede sejam solicitadas informações ao Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral e ao Presidente da TURMINAS sobre a perspectiva de inserção do vale do Jequitinhonha no Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 212/99, do Deputado Ailton Vilela, em que pede sejam solicitadas informações ao Diretor-Geral do DER-MG e à Secretaria de Estado dos Transportes sobre o cumprimento do cronograma de obras de duplicação da Rodovia Fernão Dias - BR.381, correspondente à segunda etapa, especialmente no trecho situado entre os Municípios de Carmo da Cachoeira e Campanha. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 363/99, do Deputado Paulo Piau, em que pede sejam solicitados esclarecimentos ao Governador do Estado sobre a desativação das Estações Aduaneiras do Interior, localizadas nos Municípios de Uberaba e Uberlândia. A Mesa da Assembléia opina pela rejeição do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.069, que altera a redação do art. 3º da Lei nº 11.721, de 29/12/94, que cria e transforma cargos no Quadro de Pessoal da Educação e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 333/99, do Governador do Estado, que autoriza a COPASA-MG a participar de consórcio para construção da Hidrelétrica de Irapé e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 408/99, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que dispõe sobre o oferecimento de garantia em operação de crédito realizado entre o Estado e empresas públicas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 187/99, do Deputado Rogério Correia, que institui Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público Estadual, revoga a Lei nº 5.719, de 22/6/71, e dá outras providências. O parecer da Comissão de Justiça, pela inconstitucionalidade do projeto, foi rejeitado pelo Plenário. A Comissão de Administração Pública perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 238/99, do Governador do Estado, que fixa a remuneração do cargo de Auditor-Geral do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 315/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a reduzir a carga tributária do ICMS nas operações internas com conglomerados de madeira. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA
7/7/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 424/99, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 432 e 433/99 do Deputado Paulo Piau; 441, 442 e 443/99, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.

Finalidade: Debater o projeto de lei que institui o Programa Bolsa Familiar para a Educação.

Convidados: Sra. Maria Jose' Feres, Secretária-Adjunta de Estado da Educação; Dr. Cristovão Buarque, Ex-Governador do Distrito Federal; Sra. Maria Ceres Pimenta Espínola Castro, Secretária Municipal de Educação; Sr. Antônio Carlos Hilário, Coordenador do Sind-UTE; Sra. Gessé Alves Dornelas Rezende, Coordenadora Geral do Projeto Bolsa Escola

de Betim; Sr. Tarcísio Delgado, Presidente da Associação Mineira dos Municípios.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 7/7/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 361/99, do Governador do Estado.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 181/99, do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; 238/99, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 404/99, do Deputado Edson Rezende; 416/99, do Deputado Ambrósio Pinto; 427/99, do Deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA
7/7/99

Pauta Complementar

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 41/99, do Deputado Alberto Bejani.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 9h30min do dia 8/7/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da CPI da Carteira de Habilitação, a realizar-se às 10 horas do dia 8/7/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 7 de julho de 1999, destinadas, ambas, à apreciação do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.069, que altera a redação do art. 3º da Lei nº 11.721, de 29/12/94, que cria e transforma cargos no Quadro de Pessoal da Educação e dá outras providências; dos Projetos de Lei nºs 333/99, do Governador do Estado, que autoriza a COPASA-MG a participar de consórcio para construção da Hidrelétrica de Irapé e dá outras providências; 187/99, do Deputado Rogério Correia, que institui Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público Estadual, revoga a Lei nº 5.719, de 22/6/71, e dá outras providências; 238/99, do Governador do Estado, que fixa a remuneração do cargo de Auditor-Geral do Estado; e 315/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a reduzir a carga tributária do ICMS nas operações internas com conglomerados de madeira; e do Projeto de Resolução nº 408/99, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que dispõe sobre o oferecimento de garantia em operação de crédito realizada entre o Estado e empresas públicas; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 6 de julho de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Djalma Diniz, Marco Régis, Maria Olívia e Paulo Pettersen, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas nos dias 7, 8 e 9, às 10, às 15 e às 20 horas, com a finalidade de se apreciar a matéria constante na pauta.

Sala das Comissões, 6 de julho de 1999.

Elmo Braz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial do Grande Hotel de Araxá

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ailton Vilela, Luiz Fernando Faria, Alencar da Silveira Júnior e César de Mesquita, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/7/99, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o relatório final da Comissão.

Sala das Comissões, 6 de julho de 1999.

Rêmolo Aloise, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 259/99

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 259/99, do Deputado Ivo José, que declara de utilidade pública a Associação Núcleo de Apoio a Toxicômanos e Alcoólatras Fazenda Água Viva - ANATA-FAV -, com sede no Município de Ipatinga, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 259/99

Declara de utilidade pública a Associação Núcleo de Apoio a Toxicômanos e Alcoólatras Fazenda Água Viva - ANATA-FAV -, com sede no Município de Ipatinga.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Núcleo de Apoio a Toxicômanos e Alcoólatras Fazenda Água Viva - ANATA-FAV -, com sede no Município de Ipatinga.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 1º de julho de 1999.

Djalma Diniz, Presidente - Ailton Vilela, relator - Paulo Pettersen - Marco Régis.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 266/99

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 266/99, do Deputado Sebastião Costa, que declara de utilidade pública o Hospital Nossa Senhora de Lourdes, com sede no Município de Alvinópolis, foi aprovado em turno único, sem emenda.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 266/99

Declara de utilidade pública o Hospital Nossa Senhora de Lourdes, com sede no Município de Alvinópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Hospital Nossa Senhora de Lourdes, com sede no Município de Alvinópolis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 1º de julho de 1999.

Djalma Diniz, Presidente - Ailton Vilela, relator - Paulo Pettersen - Marco Régis.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 272/99

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 272/99, do Deputado Ambrósio Pinto, que declara de utilidade pública a Associação Grupo Bom Jesus dos Navegantes, com sede no Município de Itajubá, foi aprovado em turno único, sem emenda.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 272/99

Declara de utilidade pública a Associação Grupo Bom Jesus dos Navegantes, com sede no Município de Itajubá.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Grupo Bom Jesus dos Navegantes, com sede no Município de Itajubá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 1º de julho de 1999.

Djalma Diniz, Presidente - Paulo Pettersen, relator - Ailton Vilela - Marco Régis.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 275/99

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 275/99, do Deputado Eduardo Brandão, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Passa-Tempo, com sede nesse município, foi aprovado em turno único, sem emenda.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 275/99

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Passa-Tempo, com sede nesse município.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Passa-Tempo, com sede nesse município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 1º de julho de 1999.

Djalma Diniz, Presidente - Paulo Pettersen, relator - Ailton Vilela - Marco Régis.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

50ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 30/6/99

O Deputado Adelino de Carvalho - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna desta Casa para fazer uma denúncia muito grave. O Governador Itamar Franco está correndo

grande risco, expondo o seu Governo, que é um governo social, e os parlamentares que o apóiam, com a colocação à frente da COHAB de um homem que não tem o menor preparo. Foi nomeado Presidente da COHAB o Sr. Carlos Volpi, com quem tive o desprazer de conversar, porque o que dele ouvi é, no mínimo, um escândalo, um absurdo, uma aberração para quem se assenta na cadeira da Presidência de uma cooperativa habitacional de cunho social. Pasmem os senhores: disse-me que vai transformar a COHAB em uma empresa lucrativa, visando a lucros, como uma grande empreiteira, sem olhar sua função da ótica política e social. Perguntei-lhe se já havia conversado com o Secretário, Dr. Henrique Hargreaves, com o Governador do Estado ou com o Vice-Governador do Estado, Dr. Newton Cardoso, sobre seu posicionamento, e respondeu-me que quem manda na COHAB é ele, que não tem de ouvir o Governador, o Vice-Governador, o Secretário Hargreaves e, muito menos, um "deputadozinho". Chamei o Líder do Governo nesta Casa e coloquei-lhe a situação, dizendo-lhe que estávamos e estamos diante de uma pessoa que declaradamente diz que não gosta de política, que não faz política, que é apolítica e que seu cargo não é político. Ai, perguntei-lhe qual concurso fez para ser Presidente da COHAB. Ora, se foi nomeado, seu cargo é político, é cargo de confiança, e não pode agir da forma como vem agindo. Mas tudo isso que estou falando poderia ser figura de retórica, se não tivesse nas minhas mãos um jornal com uma denúncia para ler para os senhores. A gravidade dos fatos mostra que esta Casa precisa dar o grito. Tenho cometido um erro, como Deputado nesta Casa. Tenho abaixado muito a minha cabeça. Nós, Deputados, temos abaixado muito a cabeça. Somos poder, somos soberanos e independentes, e não somos obrigados a engolir aquilo que fere o povo, aquilo que é contra o povo, e que querem nos fazer engolir a toque de caixa.

Mesmo sendo novo como parlamentar, hoje quero tomar aqui, diante desta Casa, as dores daqueles que têm sentido na pele quanto nós, Deputados, temos sido desprestigiados por partes que não respeitam o Poder Legislativo. Como o Governador Itamar Franco é homem sensato, como acredito neste Governo e continuo acreditando, não acredito, em hipótese alguma, que esse Sr. Carlos Volpi tenha condição de ser Presidente de uma COHAB, da importância que é, sem ouvir ninguém. Nunca teve cargo público. Foi assessor ou diretor não sei de onde, mas nunca teve um cargo público e não sabe o que é Deputado, não sabe o que é a Assembléia Legislativa, não sabe nada. Não sabe o que é política nem que a COHAB está lá para atender as pessoas mais humildes.

Preparem as suas regiões, as suas cidades, Deputados, porque vai haver um grande despejo daqueles que estão com as prestações atrasadas. Ele está acionando o departamento jurídico da COHAB, porque quer administrá-la como se administra uma empresa. E vai haver despejo de pessoas humildes, que não estão dando conta de pagar uma prestação que está fora da sua realidade. Todo o mundo sabe - porque é lei - que o valor da prestação da casa não pode exceder a 30% da renda familiar, mas existem pessoas que estão pagando R\$200,00, como é o caso de uma mulher sobre o qual vou ler agora, que ganha salário mínimo e paga R\$67,00 por mês. E todos esses vão ser despejados. Se esse povo pobre que votou em nós, em mim, em V. Exas., se esse povo pobre, humilde, que mora em conjunto habitacional, não puder contar com os Deputados desta Casa para fazer com que o Presidente da COHAB seja sensível, com quem eles vão contar? Vou ler, então, o que está aqui no jornal. Parece até piada. (- Lê:)

"Cohab exige que mutuária derrube três novos cômodos. Governador Valadares - A copeira Maria das Graças Silva Fernandes está vivendo dias de pesadelo com a possibilidade de perder, em um só dia, o que levou anos para conquistar, ganhando pouco mais de um salário mínimo por mês. A copeira é um dos 1.266 mutuários que adquiriram casas no Bairro Sotério Ignácio Ramos da Silva, o Conjunto SIR, pertencente à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB) e formado por famílias de baixa renda. Na última semana, (olhem o absurdo) ela recebeu da COHAB uma notificação determinando o prazo de 15 dias para que desmanchasse todas as melhorias feitas na casa nos últimos dez anos: três cômodos com laje e uma varanda.

Na notificação enviada à casa da copeira, na Rua B, 186, o assessor jurídico da COHAB, Walter Pinto de Lima, informa que a COHAB, proprietária dos imóveis que constituem o loteamento denominado SIR, comprovou, através de vistoria recente, que a mutuária havia alterado o "padrão original" do imóvel sem que houvesse permissão por parte da empresa, "legítima proprietária do imóvel."

Os senhores estão entendendo? Minha esposa foi criada em um conjunto habitacional. Eram dois cômodos. Com muita luta, aumentou mais um cômodo, depois outro cômodo. Todos os que adquirem uma casinha da COHAB têm o objetivo de ir aumentando os cômodos, ir melhorando a casa com seu salário. Ele está mandando desmanchar porque não tem no projeto. Está aqui.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Muito obrigado, Deputado. Gostaria apenas de ratificar suas palavras e aplaudi-lo por saber que o senhor é um homem que realmente defende as pessoas mais necessitadas. Sei da sua amizade com o Governador Itamar Franco, do seu carinho e da sua amizade pelo Dr. Hargreaves e não vejo nenhuma dificuldade em o senhor se aproximar do Governador ou do seu Secretário, homem número 1 do Governo deste Estado, Dr. Hargreaves, para pedir a ele que demita esse cidadão imediatamente. Acho que o senhor tem todas as condições, por demonstrar, neste primeiro semestre, que sempre esteve ao lado das atitudes do Governador. Por isso mesmo, sinto-me na obrigação de dizer que o senhor tem total direito de pedir a demissão desse moço, que até hoje não demonstrou nenhum carinho pelas pessoas mais necessitadas. Obrigado, Deputado.

O Deputado Adelino de Carvalho - Muito obrigado. Srs. Deputados, apoiamos o Governo durante todo o semestre. Fui um dos Deputados mais presentes, mas não posso apoiar uma situação dessa. Não posso aceitar um cidadão despreparado à frente da COHAB, que é totalmente voltada para a área social, um cidadão que vai massacrar o povo humilde. Não sei quem indicou esse homem, quem o colocou lá. Não posso, em hipótese alguma, aceitar que fique à frente da COHAB um homem que não tem a menor sensibilidade para a causa do povo. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores presentes nas galerias, imprensa, minhas senhoras e meus senhores, estou ocupando esta tribuna, nesta tarde, para desabafar e revelar um pouco sobre as decisões que estou tomando. Quero apresentar, desde já, a minha total solidariedade aos companheiros, amigos do PSDB, que foram e estão sendo abandonados, desprezados e desprestigiados pelo Governo Federal, talvez com a conivência e a aceitação pacífica da própria direção estadual do PSDB de Minas Gerais.

Já é comum o Governo Fernando Henrique desprestigiar os seus companheiros e já é comum o PSDB desprestigiar e desrespeitar os seus companheiros. Quando era Governador do Estado de Minas Gerais o Dr. Eduardo Azeredo, o Governo Fernando Henrique impôs o Diretor do DNER indicado pelo Sr. Newton Cardoso. O Governador reclamou, mas teve que engolir, porque assim o quis o PSDB federal.

Agora, depois de um acordo entre as Bancadas do PMDB, do PFL e do PSDB, ficou decidido que o Diretor do DNER seria um cargo a ser preenchido pelo PSDB. As bancadas federais e estaduais do PSDB e do PFL encaminharam um documento ao Presidente Fernando Henrique dizendo que o nome seria o do Dr. Ajalmar Silva, ex-Deputado do PSDB, ex-Líder do Governo na Casa. Mas o PSDB não sabia que o PMDB e Newton Cardoso tinham tanta força no Governo Federal. Talvez o PSDB não soubesse que o Deputado Fernando Diniz tem tanta força no Governo Federal que impôs a indicação do PSDB. Não vamos aceitar essa indicação, porque quem vai indicar somos nós.

As fotos estampadas nos jornais já estão mostrando que o PMDB de Newton Cardoso venceu mais uma batalha. A vitória de Newton Cardoso, de Fernando Diniz e até mesmo de um ex-anão do orçamento está estampada nas fotos dos jornais. E eu pergunto: que partido é esse que abandona os seus filiados? Onde está o companheirismo desse PSDB do Governo Federal com a aceitação e conivência do diretório estadual? Por que a declaração que o Deputado Carlos Mosconi deu, hoje, dizendo que está tudo resolvido, que já passou e que não há mais problema? E os companheiros, onde ficam?

Quería fazer uma observação: sete companheiros do PSDB, que deram seu sangue para esta Assembléia, inclusive o Líder do Governo, perderam as eleições e foram abandonados.

Péricles Ferreira, o Líder do Governo, foi abandonado durante a campanha e depois dela foi esquecido. O Deputado Arnaldo Penna, que deu seu sangue, prejudicando-se em suas bases, foi abandonado e esquecido pelo PSDB. O Deputado Kemil Kumaira foi esquecido pelo PSDB. O Deputado Ajalmar Silva, Líder do Bloco e do PSDB nesta Casa, foi desrespeitado. Na semana passada, pediram o seu currículo. No domingo, em todos os jornais, lemos que o Sr. Ministro disse que seria o indicado do PSDB. O Líder do PSDB disse a mesma coisa em diversas declarações.

Mas, do outro lado, havia Newton Cardoso, que não quis deixar, e não deixou, que ele fosse o nomeado. Parabéns, PMDB. O PMDB é um partido de companheirismo. Não aceitei que o Presidente indicasse. Eles disseram: "Não aceitamos". E a pessoa indicada pelo PMDB tomou posse ontem.

O Deputado Tarcísio Henriques deu seu sangue aqui e perdeu as eleições. Onde está? Esquecido pelo Governo Federal. Nem um ex-Deputado que deu aqui seu sangue pelo PSDB está ocupando algum cargo no Governo Federal, que tem mais de 30 cargos em Minas Gerais. Que partido é esse? Se olharmos os assessores palacianos, a maioria já está colocada. Mas cadê os companheiros de Legislativo? Onde estão? Esquecidos.

O Deputado José Maria Barros deu o sangue dele aqui, brigou com o seu município, Presidente Itamar Franco, durante a campanha, para apoiar Eduardo Azeredo e o PSDB. Perdeu a eleição. Onde está? Esquecido pelo PSDB.

Seis meses! E quando o PSDB pensa em indicar alguém para um cargo, vem o PMDB de Newton Cardoso e diz "não aceito". E é nomeada a pessoa indicada pelo PMDB. Isso é lamentável.

O meu coração está verdadeiramente dilacerado, não pelo partido, mas pelos companheiros esquecidos por um partido que tem o Governo Federal. Que pena! Se fazem assim com eles, como farão com os outros? Será mesmo que o PSDB é o partido de quem foi eleito para o Governo Federal? Porque - parece-me - quem governa não é ele.

É lamentável que esses fatos estejam acontecendo. Hoje tudo começa a se acomodar, mas amanhã está no esquecimento. Como é que companheiros do PSDB, amigos, podem se sentir seguros num partido como esse?

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Miguel Martini, também quero dizer da minha insatisfação com as decisões tomadas pelo Governo Federal em relação a Minas Gerais. Quero lamentar especialmente essa incoerência que está acontecendo em Minas Gerais.

Há cinco anos o PMDB domina as ações do Governo Federal no nosso Estado. O PMDB diz, a todo momento, que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso é neoliberal, mas quem o domina, em Minas Gerais, é o PMDB.

Vimos a reação do PMDB quando da indicação de um nome do PSDB, a reação do Deputado Zaire Rezende, que há algumas semanas defendia a saída do PMDB do Governo Fernando Henrique Cardoso e que sairá daqui a pouco. Mas agora defendeu a permanência do PMDB nos cargos. Os cargos pertencem ao PMDB. Quero dizer da minha independência total em relação a esse Governo que, apesar de ter um Presidente que é do PSDB, é dirigido, em Minas Gerais, pelo PMDB. As políticas do Governo Federal são definidas pelo PMDB no Ministério da Justiça, no Ministério dos Transportes, sendo que não concordamos com muitas delas. Quando da eleição, pudemos ver o DNER asfaltando avenidas dentro de cidades. Vimos as denúncias de retirada de asfalto da BR-381 para utilização em cidades e uma série de outras incoerências. Quero dizer da minha insatisfação em relação a esses fatos. Não quero discutir a questão da indicação do cargo feita pela Bancada Federal do PSDB, muito bem encaminhada, sendo o Deputado Ajalmar Silva um técnico experiente na área de estradas, que faria um grande trabalho, defendendo uma outra idéia, não a colocada pelo PMDB, que enche as estradas de placas dizendo "Cuidado com as obras", obras que não vemos, pois a BR-040, na altura de Barbacena, apresenta a cada dia um acidente, pois tem viadutos que não levam a lugar nenhum, estradas duplicadas apenas em parte. Estamos vendo o viaduto Vila Rica, cuja duplicação a sociedade aguarda há cinco anos, e nada foi feito pelo PMDB.

O Deputado Miguel Martini - Gostaria de dizer que a duplicação da BR-040 para Sete Lagoas não saiu porque o PMDB não deixou o Governador Eduardo Azeredo concluir as obras, que foram paralisadas e agora retomadas. Confirmando o que V. Exa. está falando.

O Deputado João Leite (em aparte) - Por isso não estou de acordo com essas ações do Governo Federal. Sou oposição a elas em Minas Gerais. Muito obrigado, Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Quero dizer, para encerrar, que, com muito orgulho e honra, durante quatro anos, apesar de ter saído do PSDB, apoiei o seu governo em Minas Gerais. Na campanha eleitoral apoiamos, eu e meu partido, Eduardo Azeredo para o Governo do Estado de Minas Gerais. Mas, em respeito aos Deputados Ajalmar Silva, José Maria Barros, Tarcísio Henriques, Péricles Ferreira, Kemil Kumaira e Arnaldo Penna, a partir de hoje não tenho mais compromisso com o bloco de Oposição, pois o PSDB - peça desculpas aos meus amigos - não merece o meu respeito e por isso não mais estarei a seu lado nesta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, presentes nas galerias, imprensa, senhores colaboradores desta Casa, ocupo esta tribuna, no dia de hoje, também preocupado com os destinos da nossa Assembléia Legislativa. Poderia muito bem fazer uma questão de ordem mas, como tenho limitação de tempo na questão de ordem, uso esta tribuna exatamente para fazer alguns questionamentos às decisões da Mesa.

Em primeiro lugar, gostaria de citar um requerimento de nossa autoria, pedindo a transcrição, nos anais da Casa, de uma matéria veiculada no "Estado de Minas", num editorial extremamente inteligente e competente, que retrata muito bem o que está acontecendo com a agropecuária no País. Pois bem, a Mesa, por decisão, rejeita o nosso requerimento.

O que me deixou estupefato, Sr. Presidente, foi que, em se tratando de um requerimento com a mesma linha, com a mesma origem, de autoria do Deputado Durval Ângelo, a opinião foi exatamente pela aprovação. Não que o "Estado de Minas" seja mais importante do que a "Tribuna Popular", do Município de Imbé de Minas, o que não justifica, no conteúdo dessa mensagem da "Tribuna Popular", nenhuma referência, nenhuma consideração especial que merecesse a aprovação de requerimento do Deputado Durval Ângelo e a rejeição do nosso requerimento pela Mesa. Portanto quero, desta tribuna, dizer que a Mesa atual está usando dois pesos e duas medidas, e não podemos, de forma nenhuma, admitir que esse tipo de comportamento continue acontecendo nesta Casa.

Sr. Presidente, quero também dizer de um outro pedido recusado, que foi um pronunciamento do Presidente da ABCZ, em Uberaba, por ocasião da EXPOZEBU - do que não discordo, porque não tenho referencial -, que esperamos que a Casa reprove também todos aqueles que forem da mesma natureza. Isso, até aceito, mas quero também que qualquer requerimento que chegar com esse mesmo conteúdo e propósito tenha o mesmo destino, que a Mesa seja coerente e faça seu parecer pela rejeição, para que, nesta Casa, não haja Deputados diferenciados, como disse o Deputado João Paulo outro dia: Deputados de primeira, Deputados de segunda e Deputados de terceira. Representamos nossas bases aqui, sim, fomos votados, com muito sacrifício, como qualquer outro foi. Portanto o peso nesta Casa, Sr. Presidente, é igual para qualquer um dos 77 Deputados, esteja na Mesa ou não. Não podemos admitir que haja qualquer submissão nesta Casa mas esta direção atual está fazendo um verdadeiro império na Mesa, discriminando Deputados, e não podemos admitir isso, de maneira nenhuma.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte)* - Gostaria, Deputado Paulo Piau, de cumprimentar V. Exa. pelo seu pronunciamento. Também já tive oportunidade, nesta mesma tribuna, de denunciar o mesmo tipo de comportamento da Mesa em relação não a um, mas a vários requerimentos de minha autoria, que solicitavam informações à administração do Estado. Entendo, Deputado Paulo Piau, que essa é uma atitude inaceitável, de discriminação, de tratamento desigual a todos nós, que somos pares desta Casa. Entendo, também, que indeferir requerimento solicitando informações à administração estadual, ao Governo do Estado, é uma forma de cercear, de impedir o pleno exercício do meu mandato. Nós, Deputados, entre as nossas tarefas, temos uma que é clara, que é a de fiscalizar o Poder Executivo. Se não consigo nem obter informações sobre o que está acontecendo e por que está acontecendo, conforme conseguimos saber, em fragmentos de informações, não é possível o exercício pleno do nosso compromisso com Minas Gerais, que inclui também a fiscalização do Poder Executivo.

Portanto, entendo que a fala de V. Exa. serve como mais uma palavra sensata, por ser V. Exa. um Deputado tão respeitado nesta Casa, por ter equilíbrio, serenidade, seriedade e consequência no que fala e faz.

Acredito que, pelas características pessoais de V. Exa., a sua palavra ressoe com mais força junto aos nossos companheiros da Mesa da Assembléia e possa restabelecer o equilíbrio no tratamento dos 77 Deputados desta Casa e, ao invés de termos os nossos requerimentos indeferidos, possamos continuar no pleno exercício dos nossos mandatos. Meus parabéns pela sua iniciativa.

O Deputado Paulo Piau - Obrigado, Deputado Amílcar Martins. Gostaria de trazer à luz, à consideração dos companheiros Deputados, um pedido de informação, mais um exemplo.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Também gostaria de solidarizar-me com V. Exa. - embora um pouco atrasado -, que tem demonstrado, através do seu trabalho nesta Casa, a sua seriedade.

Estamos nos solidarizando com V. Exa. em nome do PSDB, pela sua atitude coerente de cobrar da Presidência desta Casa um comportamento equânime para com todos os Deputados e todas as bancadas.

Em que pese às divergências, às vezes, da mesma região, isso não pode influir na decisão do Presidente do Poder Legislativo. É dessa forma que nos posicionamos, e estamos de pleno acordo com o Deputado Paulo Piau, pela sua história como um grande parlamentar, que tem trabalhado para construir uma sociedade cada vez mais justa e equilibrada. A sua atuação nesta Casa foi sempre inequívoca, atendendo aos interesses da sua região, do seu partido e, sobretudo, engrandecendo o Poder Legislativo. O Presidente não pode faltar em

responder a sua questão de ordem num momento certo, e às vezes requerimentos de questões menores têm soluções muito mais rápidas.

Muitas vezes as questões maiores requerem mais tempo, mas esse tempo sempre se tem esgotado, as respostas não têm sido dadas, e comportamento semelhante ele tem tido com a Bancada do PSDB nesta Casa. Não podemos trazer para este Plenário assuntos internos da Mesa, do Presidente, e suas divergências. Fica aqui o nosso protesto, o nosso apoio ao ilustre Deputado Paulo Piau.

Somando a este aparte, gostaria de pedir ao Deputado mais 1 minuto de seu tempo para lermos um requerimento, que tem o apoio de V. Exa., da sua bancada e da Bancada do PSDB. Este requerimento está assim redigido.

- Lê requerimento em que solicita seja formulado convite ao Sr. Vice-Governador do Estado, para que compareça ao Plenário desta Casa e formule, de público, denúncias insinuadas na imprensa de que teria havido corrupção, sob a forma de compra de votos, quando da votação, no Congresso Nacional, que permitiu a reeleição do Sr. Presidente da República.

Reafirmamos que o ex-Governador Newton Cardoso tem declarado de forma leviana que conhece um dossiê completo, o qual ele poderia entregar à imprensa.

Nós, do PSDB, gostaríamos que ele trouxesse à tona o dossiê, que viesse aqui e o revelasse, para que, como político responsável, como homem que tem vida pública, possa esclarecer o povo de Minas Gerais sobre essas "maracutaias".

O Deputado Paulo Piau - Obrigado, Deputado Hely Tarquínio.

Quero fazer a leitura também de outro requerimento, que teve o parecer da Mesa pela rejeição. Como disse o Deputado Amilcar Martins, estamos cerceados em nosso direito de fiscalizar o Executivo.

Foi publicada uma matéria no "Minas Gerais", eminentemente de ordem político-partidária. Pedimos, portanto, uma explicação ao Diretor-Geral da Imprensa Oficial. O requerimento tem o seguinte conteúdo.

- Lê requerimento em que solicita seja encaminhado ofício ao Diretor-Geral da Imprensa Oficial, pedindo esclarecimentos sobre a matéria intitulada "As Ilhas Cayman e a Venda da CEMIG", publicada no "Minas Gerais", órgão oficial dos Poderes do Estado, no caderno de notícias, seção geral, pág. 4, edição do dia 6/5/99.

A publicação supracitada fere os dispositivos legais dispostos nas Leis nºs 9.953, de 1989, e 10.468, de 1991, que dispõem sobre a publicação de matérias no jornal "Minas Gerais" que não se enquadrem no objetivo da lei, que é o de informar a população, por meio de notícias e comentários, sobre as atividades dos Poderes do Estado, reservando-se às atividades meramente institucionais.

O jornal deu espaço em seu noticiário, republicando matéria particular de cunho eminentemente político, denunciando ações de governo adotadas pela administração estadual do Governo anterior, de modo a denegri-lo, e está lesando o erário, já que o pagamento das despesas de publicação desta matéria é de responsabilidade da Secretaria de Estado da Fazenda.

Portanto, gostaríamos de uma explicação, que o Diretor da Imprensa Oficial dissesse que a matéria está legal. Pois bem. A Mesa entende que esse requerimento deve ser rejeitado, como está aqui no parecer da Mesa. Isso nos deixou também estupefatos.

Há mais. Tivemos duas estações aduaneiras no interior fechadas temporariamente: uma em Uberaba e outra em Uberlândia. Elas são administradas pela Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG. Portanto, é um órgão do Estado, um órgão do Governo de Minas Gerais. Da mesma forma, apresentamos um requerimento ao Presidente pedindo que o Governo do Estado se explicasse sobre o fechamento dessa EAD ou o afastamento da CASEMG do processo. Mais uma vez, até depois de decorrido o tempo regimental que tem, a Mesa nega a que o Governo do Estado preste um esclarecimento a duas grandes comunidades, a uma grande região produtora, que traz ICMS para este Estado: o Triângulo e o Alto Paranaíba.

Quero, mais uma vez, deixar aqui o meu protesto, porque não há razão alguma de a Mesa interferir em ações nossas. Nós, Deputados, queremos todas as explicações do Governo do Estado sobre suas atitudes, pois afetam a economia mineira. Portanto, Sr. Presidente, quero dizer que esta Casa se colocou, a partir desta legislatura, de joelhos perante o Executivo de Minas Gerais. Não podemos admitir, que nós, Deputados, também rastejemos perante a Mesa desta Casa. Fica aqui o meu protesto.

O Deputado Dilzon Melo (em aparte)* - Paulo, gostaria de um aparte, antes que você encerrasse, no sentido de prestar esclarecimentos sobre esse assunto.

Ilustre Deputado, que tem feito um excelente trabalho nas comissões, como membro da Mesa, tomamos uma deliberação no sentido de minimizar os problemas e o excesso de pedidos que chegam a esta Casa.

No que tange à transcrição nos anais da Casa ou a publicação, a Mesa somente emite um parecer, é bom que se diga. A Mesa tem um relator que emite o parecer, que vem a Plenário para ser votado.

Então, quem vota ou aceita é o Plenário e não a Mesa, que tem o seu relator. Entendemos que todo assunto que não esteja ligado diretamente à Assembléia não deve ser transcrito ou não deve constar nos anais da Casa, porque isso tem um custo bastante acentuado, na Imprensa Oficial, mesmo porque alguns Deputados tomam a iniciativa de fazer a leitura dos textos nesta tribuna, cuja transcrição já é feita, de imediato, no diário oficial do Estado. Então, não haveria por que a Mesa, em um processo de redundância, também fazer a publicação ou fazer constar o assunto nos anais da Casa. Mas ela tem sido bastante coerente, no sentido de que todos os pedidos de informação, que são devidos pelo Estado, de maneira suprapartidária, serão concedidos, de forma que o Deputado possa fazer juízo e possa levantar as informações, através de pesquisa, para o seu trabalho, que é dignificante e que necessita de dados. Mas não entendemos que deva ser feita a transcrição de matérias que não dizem respeito à Assembléia, como assuntos ligados aos parlamentares. Sabemos, agora, de alguns pedidos de informações, até de ordem inconstitucional, que são da área federal. Então a Mesa não pode deferir, porque, se é uma informação da área federal, como iremos intervir para que seja fornecida? Estamos sendo bastante coerentes em relação a isso, de forma suprapartidária. Entendemos os valores desta Casa e daqueles que mais trabalham nas comissões, mas não entendemos a maneira de agradar, às vezes, regional ou pessoalmente, a esse ou àquele cidadão, para que haja a transcrição nos anais da Casa ou a publicação. Meu prezado companheiro Paulo, essa é apenas uma informação, não é, de forma alguma, uma perseguição a esse ou àquele. Às vezes, as matérias que chegam às comissões são inconstitucionais ou improcedentes. De qualquer forma, quando se quiser derrubar esse parecer, tem de, simplesmente, haver um entendimento no Plenário, quando o parecer é distribuído a um membro da Mesa. Não existe uma maneira ou um processo predefinido de vetar, seja de que partido for, mesmo porque a Mesa é eclética. Não há sentido em ficar de joelhos aos interesses, principalmente, do Executivo. Essa é uma preocupação que temos a mais. Tudo que se refere a informações, seja deste Governo ou do Governo passado, terá, pelo menos da minha pessoa, a aquiescência e a liberação necessárias. Sem isso, o Deputado não tem condições de exercer o seu mandato e de proceder ao trabalho ao qual se empenhou.

O Deputado Paulo Piau - Deputado Dilzon Melo, não temos como tratar de cada caso isoladamente, por isso generalizamos e dizemos a Mesa da Casa e a direção da Casa. Pedimos desculpas a quem não tem, realmente, nada em relação a essa questão. Mas os requerimentos tinham o mesmo conteúdo. Para a transcrição nos anais da Casa foi dado o parecer pela rejeição, pelo mesmo relator, Deputado Gil Pereira, ao meu requerimento, e quanto ao requerimento do Deputado Durval Ângelo, seu parecer foi pela aprovação. O do Durval Ângelo diz o seguinte: "De iniciativa do Deputado Durval Ângelo, a proposição em tela requer a transcrição nos anais da Casa da reportagem 'Os 600 Tiros que Pararam os Passos do Kandir', do jornal 'Tribuna Popular', do Município de Imbé de Minas." Portanto, esse requerimento tem, exatamente, o mesmo conteúdo que o meu. Então, Deputado, estão sendo usados dois pesos e duas medidas, pelo mesmo relator, por incrível que pareça. Com relação a um, deu o parecer pela rejeição, e ao outro, pela aprovação. Não ia fazer essa menção, nem aos outros, mas, a partir do momento em que percebi a discriminação feita pela Mesa, senti-me incentivado a trazer esse problema, que é sério, da discriminação de Deputados.

O Deputado Dilzon Melo (em aparte)* - Procede o que o Deputado disse. Lamentamos pelo processo de incoerência. A Mesa tem de se pautar por um processo de coerência, de justiça e de igualdade para com todos os membros desta Casa.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto a esta tribuna para apresentar e comentar um requerimento, dirigido ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa e vazado nos seguintes termos. (- Lê:)

"V. Exa. honrou-me com a indicação de meu nome para compor a comissão coordenada pelo Deputado Durval Ângelo, encarregada de estudar e apresentar sugestões para os trabalhos da TV Assembléia. Honroso cargo que me obriga, por força do múnus público, a apresentar a V. Exa. alguns questionamentos para, ao final, requerer pedido de informações à Mesa da Assembléia.

A TV Assembléia foi criada a partir da lei federal que regulamentou o sistema de tevês a cabo no País, em novembro de 1995, determinando que as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais pudessem compartilhar um canal. Nasceu sob a égide dos seguintes princípios básicos: ser um instrumento de transparência do Poder Legislativo; ser uma tribuna de debate dos problemas do Estado; ser um canal de interlocução com a sociedade; ser um espaço para a prestação de serviços públicos; ser um veículo de educação política para a cidadania.

Entre o seu nascimento, ocorrido no dia 30/11/95, até nossos dias, os seus princípios basilares e a operacionalização de suas atividades sofreram grandes desvios.

Não querendo fazer acusações sem provas, requeiro a V. Exa. que determine sejam respondidas as questões que logo abaixo apresentarei. É importante salientar, contudo, que tomo a liberdade de fazer este requerimento diretamente à Mesa da Assembléia, porque a comissão constituída por V. Exa. deixa a desejar quanto à sua forma de trabalho. Reuniu-se por três vezes apenas e naquelas reuniões não foi capaz de apresentar, ainda, um cronograma de trabalho que possibilitasse a realização de um desempenho profícuo. Diria, até, que a Comissão segue, "mutatis mutandis", a maneira com que a Casa vem sendo administrada: há muito mais barulho e ações desencontradas do que resultados palpáveis, resultados concretos.

Observemos os cinco princípios basilares da TV Assembléia. Quatro deles já se encontram em franca decadência. Decadência gerada pela ruptura com o "status quo" então vigente. Observe, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que o problema não é a alteração de normas em vigor. O problema está na forma com que essas alterações estão sendo feitas.

Afinal de contas, a TV Assembléia foi implantada a partir da aprovação pela legislatura anterior dos princípios que iriam dar o norte para o desenvolvimento de suas ações operacionais. Quando há mudança de rumos sem que se dê a mínima atenção aos trabalhos da comissão nomeada para cuidar de apresentar as sugestões que gerariam as mudanças, este Plenário deve ficar preocupado.

Para quê, a comissão, se já existe determinada e incisiva orientação do assessor de imprensa da Presidência para que a TV tome novos rumos? A comissão foi criada para dar respaldo às atabalhoadas mudanças impostas? É um simples arremedo de grupo de trabalho? Consiste aí, talvez, a incômoda situação a que se viu exposto o Deputado Durval Ângelo, coordenador da comissão? Irá ele coordenar algo que já nasceu pronto? O Deputado Durval Ângelo se presta a esse tipo de missão?

Daí, Sr. Presidente, ter invocado no início de minha fala o múnus público a que me vejo revestido com a força do eleitor mineiro. Devo obrigação a quem me elegeu, a quem sustenta esta Casa com os impostos pagos pelo povo, a quem, mesmo com todas as ações de descrédito que este Governo vem fazendo com o apoio da Mesa da Assembléia, ainda tem um pouco de esperança de que a Assembléia ressurgirá das cinzas e volte a colocar o seu projeto de comunicação com a sociedade mineira nos parâmetros para o qual foi criado.

Vamos por etapa. Os quatro princípios que estão sendo bombardeados pela atual Mesa são aqueles que objetivam fazer da nossa tevê um instrumento de transparência do Poder Legislativo, uma tribuna de debate dos problemas do Estado, um canal de interlocução com a sociedade e, por último, um espaço para a prestação de serviços públicos. Ainda vigora, e Deus sabe até quando, o princípio de que a TV Assembléia deve ser um veículo de educação política para a cidadania.

Vejam bem, senhores parlamentares, a TV Assembléia só será um instrumento de transparência do Poder Legislativo quando se dispuser a apresentar esta Casa, o Poder Legislativo, em primeiríssimo plano, o que não tem ocorrido. Não é o que vem ocorrendo desde que a assessoria de comunicação da Presidência começou a atuar e a atividade parlamentar passou a ser ação de segundo plano na TV Assembléia. E qual a razão disso? No meu entendimento, ela se encontra no fato de que a Assembléia está deixando de lado o seu objetivo-fim, que é o de ser uma fábrica de leis, para se transformar em um objetivo-meio, que é o de se transformar em uma agência de notícias. Pior: corremos o risco de a TV Assembléia vir a ser mais um canal comercial de televisão, concorrendo com os demais veículos de forma desleal.

Ora, senhores parlamentares, a grande notícia que esta Casa produz é o pleno exercício de sua atividade. As leis, a atividade fiscalizadora, os debates acalorados e o exercício constante da dialética serão sempre a maior notícia que produziremos.

Dessa maneira, quando este Plenário se rende aos apelos do Poder Executivo - rendição que teve início no dia de nossa posse, quando o Presidente Anderson Adauto aceitou ser o preposto do Governador no exercício da Presidência na Mesa da Assembléia e recusou a presença dos Deputados da Oposição na Mesa -, a TV Assembléia passa a divulgar a notícia do ângulo faccioso da parcialidade; do ângulo pernicioso da notícia fabricada e gerada para sustentar o poder vigente. Depara-se-nos uma TV Assembléia que deixa de acompanhar as ações do Plenário porque há um debate, ao vivo, que não pode ser interrompido. E os debatedores, selecionados pela produção do "Assembléia Debate", que desde o lançamento da nossa TV eram sempre em igual número, são hoje convidados na seguinte proporção: três que compõem a tropa de choque do Governo do Estado e dois da Oposição. Onde se encontra a transparência de ações, uma proposta basilar da TV Assembléia? Onde se encontra a tribuna de debates? Dessa maneira, o "Assembléia Debate" corre o risco de se transformar em "O Governo Informa". Daí a minha preocupação. Por que a assessoria da Presidência não manteve o critério inicial - que previa a igualdade de membros opositores nos debates - até que a Comissão analisasse todo o processo?

É muito importante dizer que a TV Assembléia nasceu para mostrar ao povo o que o Deputado está fazendo. A tônica agora, ao que nos parece, é a transformação de Deputados em atores. Não estamos aqui para representar um papel. Não. Absolutamente não. Somos agentes da história. Somos autores de um processo histórico e não atores de novela do faz-de-conta. O faz-de-conta de defender o servidor mas não votar contra decisão do Governo que venha prejudicá-lo. Assim, é melhor passar um debate do que mostrar como votou cada Deputado.

Essa é a transparência pedida?

Muitas outras dúvidas nos assaltam. É justo, no momento de corte de custos, a TV Assembléia estar no ar 17 horas diárias? O que ela está levando ao povo nesse período? É correto manter uma estrutura funcional, que a mim parece gigantesca, em período de crise e de total ausência de recursos? Parece-me que, aproximadamente, a Área de Rádio e Televisão da Assembléia investe mensalmente o equivalente a R\$324.650,00. Esse valor está correto? Dentro da média de mercado? O custo de produção da TV Assembléia equivale ao praticado pelas emissoras análogas?

É justo que um Deputado, reservando-me o direito de não nomeá-lo, tenha aparecido na TV Assembléia, nos meses de fevereiro, março e abril, apenas três vezes e, no mesmo período e considerando os mesmos programas - Assembléia Informa na TV, Assembléia Debate, Repórter Assembléia -, o Deputado Durval Ângelo tenha aparecido 68 vezes? É justo que um partido com 15 Deputados tenha um índice de participação de 19,6%, enquanto outro partido, com 5 Deputados, apresente um índice de participação de 18,2%? Por dever de justiça, informo que meu índice de participação encontra-se na faixa de 22 vezes. Defendo, contudo, não a minha participação, que, a rigor, não é vista em minha região eleitoral, vez que o sinal da TV Assembléia ainda não chega até lá. Defendo é o inalienável direito de cada parlamentar ter tratamento isonômico nesta Casa. Tratamento como o da época em que foi montada a TV Assembléia e que hoje, infelizmente, está sendo desvirtuado de forma tão marota.

É inexplicável, Sras. e Srs. Deputados, que a Mesa queira transformar a TV em transmissora das ações políticas do Sr. Governador do Estado, Itamar Franco. Isso é inadmissível.

Assim, apresento a V. Exa., Sr. Presidente, o requerimento a seguir, com o objetivo de possibilitar a todos os Deputados o conhecimento dos fatos sobre a TV Assembléia.

Por oportuno, solicito que os colegas participem dos trabalhos da comissão encarregada de analisar a nossa TV, através da remessa de sugestões ao Deputado Durval Ângelo. Quem sabe assim consigamos fazer com que a comissão faça o seu cronograma de trabalho?

Isso posto, Sr. Presidente, requero, nos termos regimentais, que a Mesa da Assembléia preste os seguintes esclarecimentos:

1º - Existe pesquisa de audiência da TV Assembléia? Há periodicidade em sua realização? Qual o instituto contratado? De que forma foi feito o contrato e a que custo?

2º - Por que a TV Assembléia cobre ações do Congresso Nacional? Com que periodicidade isso é feito? Por que cobre ações do Poder Executivo Estadual? Por que retransmite programas da TV Minas, laudatórios de ações políticas do Governo Itamar Franco?

3º - Qual a estrutura da Área de Rádio e Televisão da Assembléia? Qual o quantitativo de servidores? De que forma foram contratados? Qual o custo individual de cada servidor? Qual a jornada de trabalho realizada pelos servidores da Área de Rádio e Televisão? Qual o custo operacional por exercício financeiro?

4º - Quantas chefias há na Área de Rádio e Televisão? Que critérios foram adotados para admissão de pessoal? Apresentar cópia dos contratos feitos.

5º - Que vantagens pessoais (gratificações, horas extras diárias) os servidores da Área de Rádio e Televisão auferem?

6º - Qual o valor do investimento já feito pela Área de Rádio e Televisão da Assembléia, envolvendo ativos fixos e outros recursos necessários?

7º - Quais os critérios que hoje estão sendo adotados pela Área de Rádio e Televisão da Assembléia para a produção dos programas? Há alguma norma junto à produtora para que sejam privilegiados grupos ou Deputados?

8º - Quais os critérios para a repetição de programas?

9º - Quais os critérios de precedência para a cobertura da TV Assembléia?

Sala das Reuniões, 30 de junho de 1999. Assinado pela Liderança do PSDB.

Gostaria de concluir dizendo que, como membro da comissão de acompanhamento da TV Assembléia, temos que sintetizar todas essas dúvidas, dizendo que gostaríamos de ser transparentes não só para os parlamentares, colegas que atuam nesta Casa, como também para os funcionários da TV Assembléia e o povo mineiro. Que essa TV faça sua cobertura, mas que atinja o principal objetivo, que é mostrar o Poder Legislativo de forma transparente.

O Deputado Benê Guedes - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, senhores e senhoras presentes nas galerias, meus amigos da imprensa, eu falaria aqui um pouco sobre a Zona da Mata, sobre eletrificação rural, sobre alguns grupos que estão desenvolvendo a piscicultura e a fruticultura em nossa região, mas, como disponho de pouco tempo, vou apenas me fixar em algumas considerações. A primeira delas é sobre a mudança ocorrida na Direção-Geral do DNER em Minas Gerais. Quero fazer justiça aqui, nesta oportunidade, ao Dr. Flávio Menicucci, que assumiu o cargo em 1997. Na Zona da Mata tínhamos um grave problema que nos afligia, que era a rodovia federal que liga a cidade de Volta Grande a Pirapetinga. Devo dizer que, juntamente com o Deputado Federal Danilo de Castro, ele, do PSDB, e eu, do PDT, ambos na época dando sustentação ao Governador Eduardo Azeredo, tivemos, naquela autoridade, a máxima atenção. Com o Dr. Flávio Menicucci, fomos à cidade de Pirapetinga para uma reunião tumultuada, pesada pela ira das pessoas que fecharam aquela rodovia. O Engenheiro-Chefe do DNER da cidade de Leopoldina, Dr. Celso Machado, não pôde ficar na reunião, e o Dr. Flávio enfrentou aquela situação junto conosco e rapidamente fez com que houvesse a liberação dos recursos reclamados há mais de quatro ou cinco anos, resolvendo o problema daquela rodovia que, na época, era chamada de rodovia da morte. Lá muitas pessoas perderam sua vida, seus carros. Quero, nesta oportunidade em que ele está saindo do DNER, de maneira digna, sem atirar nas pessoas, sem reclamar, entendendo como natural uma mudança em cargo de confiança, registrar aqui o nosso reconhecimento àquela autoridade pelo trabalho que desenvolveu no DNER.

Igualmente quero dizer da satisfação, embora tivéssemos dois nomes excelentes, como o de um ex-companheiro da Assembléia, Deputado Ajalmar Silva, também uma pessoa que tem muitos serviços prestados ao nosso Estado, pessoa que sempre foi muito amigo de todos nós na Assembléia e que, se fosse indicado, seria importante para o DNER. Mas foi feita a indicação do Dr. José Élcio Montesi, também muito amigo nosso, pessoa que, desde o Governo Hélio Garcia, trabalha em nosso Estado prestando relevantes serviços. É um técnico, não um político, e tenho a certeza de que terá o melhor trânsito conosco, prestando muitos serviços ao nosso Estado. Portanto, estamos tranquilos com relação à pessoa que está assumindo o importante cargo de Diretor-Geral do DNER, o Dr. José Élcio Montesi.

Aproveitando o pouco tempo que me resta, gostaria de dizer que, há algum tempo, fazia aqui algumas colocações a respeito do Dr. Geraldo Mendes, que é uma figura muito estimada naquela cidade. Filho de um grande radialista, o Dr. Sérgio Mendes, que foi proprietário da TV Industrial e da Rádio Industrial, é pessoa que, ao longo do tempo, construiu muitas amizades e, com muita justiça, foi guindado ao cargo de assessor político do Governador Itamar Franco. Está, em gabinete, lotado no antigo Banco de Crédito Real, fazendo um trabalho de bom atendimento a todos os políticos que o procuram - Deputados, Vereadores e lideranças políticas.

Nesta oportunidade, queremos dizer da nossa confiança de que continue nos ajudando e entendemos como normal essa situação de aproveitamento do Dr. Geraldo Mendes em Juiz de Fora. Acho que está desempenhando a contento a sua missão. Era o que tinha que dizer, neste momento, Sr. Presidente. Muito obrigado.

51ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 1º/7/99

A Deputada Elbe Brandão* - Sr. Presidente, colegas Deputados, pessoas visitantes, imprensa, minhas senhoras e meus senhores, alguns assuntos me trazem a esta tribuna. No dia 12 de maio, solicitamos, em caráter de urgência, que a Assembléia encaminhasse um pedido ao Ministro da Agricultura, para que recebesse uma comissão de Deputados da bancada do Norte de Minas, para que solicitássemos o encaminhamento e a mudança da nossa região, da Zona-Tampão para Zona Livre, na comercialização do gado. Não obtendo resposta da Presidência, solicitamos uma audiência com o Vice-Presidente da República, Sr. Marco Maciel, que nos recebeu e fez um compromisso com esta Deputada de encaminhar o pedido ao Itamaraty e ao Ministro da Agricultura. Mais do que informar sobre os encaminhamentos que temos feito pela nossa região do Norte de Minas, gostaríamos de agradecer ao Presidente da Comissão de Agricultura, nosso colega, por ter entrado nessa campanha, para discutir e co-responsabilizar esta Casa pelos problemas de Minas e do nosso sertão. Com relação à frente produtiva de trabalho, voltamos a esta tribuna, para que, junto com a bancada do Norte de Minas, Janaúba e Porteirinha vivem um caos com relação à segurança pública. No ano de 1998, foram registrados nove homicídios nessa região. Apenas neste primeiro semestre, seis homicídios já ocorreram nesses dois municípios. Isso está deixando a população desassistida. Ela não sente que o Governo do Estado de Minas Gerais está cumprindo o seu papel constitucional de oferecer à população a segurança. Estamos apresentando um requerimento a esta Casa, para que oficie ao Governador do Estado de Minas Gerais sobre a situação de calamidade em que vivem Janaúba e Nova Porteirinha, e solicite, em caráter de urgência, que dê à Polícia Civil e à Polícia Militar capacidade operacional. Janaúba merece e carece de ter, no mínimo, uma companhia especial, mas a companhia lá existente foi rebaixada para uma companhia comum. Com 47 profissionais, tenho certeza de que, por maior qualidade que esse corpo técnico possua, operacionalmente, inviabiliza a segurança aos nossos municípios.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Deputada Elbe Brandão, venho apartear-la com muito prazer. Constatamos que a Companhia de Polícia de Janaúba possui um efetivo mínimo. Pelo que me consta, 47 homens, de acordo com a minha experiência como policial militar, é o efetivo de um pelotão, não chegando a uma companhia. Para que as pessoas conheçam melhor essa estrutura, esclareço que uma companhia é formada por três pelotões. Sendo assim, temos apenas um pelotão na companhia e, portanto, deveríamos aumentar o efetivo de policiais. Nessas viagens que tenho feito pelo interior, principalmente na região dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri, constatei que há municípios sem sequer uma viatura da Polícia Militar. Às vezes, a deficiência e carência do município é tão grande, que o Prefeito não consegue uma viatura. Infelizmente, isso tem ocorrido, principalmente nessa região que V. Exa. está citando. Venho aqui para confirmar suas palavras, apoiar os seus esclarecimentos e questionamentos e dizer ao Governador do Estado que precisamos reforçar, nessas regiões, a segurança pública, não apenas com viaturas e um maior efetivo de policiais, mas também com a implementação da Polícia Civil. Assim, apesar de todo o caos social que essas regiões vivem, poderemos minimizar, através da polícia, as suas dificuldades. Muito obrigado.

A Deputada Elbe Brandão* - Agradecemos ao companheiro. Desejamos que esta Casa possa encaminhar a solicitação desta Deputada ao Governador Itamar Franco, pois é importante deixar muito claro que não é incompetência da Polícia Militar ou Civil, que estão fazendo o que podem, sem ter, entretanto, as condições técnicas operacionais de garantir segurança a esses municípios que represento. Muito obrigada.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Ivo José* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos acabando de chegar de uma visita da CPI da Carteira de Habilitação à Secretaria Municipal de Transporte Coletivo e Trânsito de Santa Luzia e, também, à unidade do DETRAN-MG, onde são feitas as marcações dos exames de sinalização e direção, em Santa Luzia. A CPI está chegando à sua fase final, e já temos muitas informações obtidas a partir dos depoimentos que têm sido feitos desde o dia 12/3/99, quando ela foi instalada. Todavia, falta uma série de documentos, e gostaríamos de registrar aqui a pouca atenção do Tribunal de Contas e do DETRAN-MG, que, procurados há mais de 90 dias, não responderam à maioria dos ofícios enviados pelo Presidente da Assembléia. Não podemos negar que essa situação traz muitos prejuízos à conclusão dessa CPI. Esperamos ainda, antes do encerramento do prazo regimental, que tais documentos cheguem, para que possamos fazer um bom trabalho. A dedicação e o empenho de todos os membros da CPI são comprovados, além do auxílio dos Consultores e do apoio administrativo desta Casa. Temos que reconhecer esse trabalho, mas não podemos deixar de cobrar o que já está previsto na Constituição e no Regimento, pois as respostas têm um prazo de 30 dias para serem dadas, e há 90 dias estamos aguardando os documentos solicitados, o que vem configurando prejuízo para esta CPI.

Sabemos do desgaste enfrentado pelo Legislativo, há muito tempo, no que diz respeito às CPIs, que ganham o apelido de pizzaria, porque correm o risco de acabar em pizza. Apesar de toda a seriedade com que o trabalho vem sendo desenvolvido estamos tendo esse prejuízo, que não podemos deixar passar em brancas nuvens.

O Deputado João Leite (em aparte) - Como sei que V. Exa. abordará outro tema, rapidamente gostaria de compartilhar e concordar com as palavras proferidas pelo senhor, desta tribuna. Infelizmente, temos enfrentado problemas quanto aos documentos solicitados. Apesar do Secretário da Segurança Pública dizer que o DETRAN-MG está de portas abertas, dos 14 documentos pedidos por V. Exa. apenas 2 foram entregues, até o momento, à Comissão. A auditoria contábil, tão importante para o relatório que V. Exa. apresentará no final dos nossos trabalhos, ainda não chegou às nossas mãos. Portanto, queremos lamentar esses fatos.

O Poder Legislativo, em nível nacional, deve fortalecer ainda mais os trabalhos das CPIs, a fim de que tenham instrumentos, mecanismos que conduzam as investigações, e não enfrentem os problemas que enfrentamos em virtude da falta de atendimento por parte do DETRAN-MG e do Tribunal de Contas, no que diz respeito aos documentos solicitados e que são muito importantes para o relatório final de V. Exa. Muito obrigado.

O Deputado Ivo José - Agradeço o aparte do Deputado João Leite.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para denunciar o descaso com o meio ambiente e alertar sobre os danos presentes e futuros da ausência de programas de preservação das águas de nossos rios, um grupo de ecologistas e cientistas resolveu refazer, depois de 300 anos, o mesmo caminho dos bandeirantes, descendo o rio Piracicaba, desde a sua nascente até o ponto onde se encontra com as águas do rio Doce, em Ipatinga, no vale do Aço.

Percorrerem 14 cidades: Ouro Preto, Mariana, Alvinópolis, Catas Altas, Santa Bárbara, Barão de Cocais, Rio Piracicaba, João Monlevade, Nova Era, Itabira, Antônio Dias, Timóteo, Coronel Fabriciano e Ipatinga. Em todas elas, faziam palestras, coletavam amostras de água e de peixes, colhiam depoimentos dos moradores e procuravam demonstrar o objetivo da empreitada.

A bacia do rio Piracicaba, localizada na região Leste de Minas Gerais, ocupa uma área em torno de 6.000Km² e abrange 20 municípios. Sua economia é baseada em três atividades de grande porte e que estão interligadas dentro da cadeia produtiva do aço: os grandes projetos de mineração, a monocultura de eucaliptos e a siderurgia. A bacia desempenha papel fundamental na economia mineira e nas exportações de minério de ferro, celulose e aço, e a área onde se localiza a Região Metropolitana do Vale do Aço é um dos mais importantes pólos da economia mineira.

Entretanto, nos últimos 50 anos, ocorreu uma demanda sem precedentes de recursos naturais dessa bacia hidrográfica. Seu rápido crescimento econômico foi acompanhado por significativos impactos ambientais, como o desmatamento avassalador, a erosão e o assoreamento dos cursos d'água, a exploração dos recursos minerais, até sua quase exaustão, os altos índices de poluição hídrica, advindos de diferentes atividades econômicas, a redução drástica da biodiversidade regional, da fauna e da flora, etc. Além disso, há que se acrescentar o problema dos esgotos domésticos e da má administração do lixo dos centros urbanos, em uma região cuja população gira em torno de 700 mil habitantes.

A Expedição Piracicaba 300 Anos Depois foi uma iniciativa do Escritório da Bacia do Rio Doce, localizado em Ipatinga, e que está ligado à Secretaria Nacional dos Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente. Os objetivos da Expedição foram avaliar o meio ambiente regional e discutir e orientar as comunidades locais sobre a criação do Comitê da Bacia do Rio Piracicaba.

Ela contou com o apoio da Secretaria de Meio Ambiente, da UFMG, da Universidade Federal de Viçosa, da Polícia Florestal, ligada à PMMG, da Instituição Terra Assessoria, de Prefeituras Municipais, das comunidades locais, das grandes empresas que operam na região e do nosso mandato, por se tratar de uma das nossas prioridades na região.

Sua primeira fase iniciou-se no mês de fevereiro, com as atividades de planejamento e busca de parcerias. Em abril e maio foram realizadas reuniões preparatórias em todos os municípios que seriam visitados. As escolas tiveram um papel fundamental, uma vez que temas como a ocupação da região, o rio Piracicaba e a Expedição foram trabalhados previamente com os estudantes em diversas escolas, através de concursos de desenhos, redação, fotografias, peças teatrais, apresentação de números musicais, etc. Em todas as cidades visitadas foram montadas comissões organizadoras da Expedição, que se tornaram responsáveis pela agenda local.

A Expedição Piracicaba 300 Anos Depois foi coordenada pelos engenheiros Marco Antônio Fernandez e Cláudio Guerra, do escritório da bacia do rio Doce, e contou com uma equipe técnica com profissionais das áreas de agricultura, água, peixes, plantas medicinais, mobilização social e registros fotográficos e de imagens.

A Expedição Piracicaba 300 Anos Depois deslocou-se, no período de 7 a 22, da nascente do rio, em Ouro Preto, até sua foz, na cidade industrial de Ipatinga .

Em alguns trechos do Piracicaba, infelizmente, a expedição não teve condições de utilizar os barcos da Polícia Florestal, porque o rio está completamente assoreado, os bancos de areia tomaram conta de seu leito, exterminaram a vida aquática e acabaram com todas as possibilidades de transporte fluvial. Nem mesmo a Polícia Florestal consegue fazer seu trabalho e suas investigações navegando o rio.

Um aspecto marcante no trabalho da Expedição foi a interação com as comunidades locais. Expedição é definida como um "grupo que se destina a explorar, pesquisar, estudar uma região, geralmente, em caráter científico". A Expedição fez mais do que isso: ouviu, interagiu, chamou a atenção, estimulou e orientou as comunidades locais, principalmente sobre a Agenda 21, a Lei nº 13.199 e a Lei Federal nº 9.433 - as leis das águas - e sobre a idéia do Comitê da Bacia do Rio Piracicaba.

Em cada comunidade, a equipe era recebida calorosamente, como portadora da mensagem de esperança de ver novamente a vida passeando por entre as águas do rio, trazendo alimento, lazer e tranquilidade para as populações ribeirinhas.

Em Catas Altas, a equipe da expedição foi recebida com a celebração da missa das águas, quando no ofertório as crianças carregavam garrafas com água poluída e um jarro de água limpa, além de amostras de frutos da terra.

Em Santa Bárbara, no distrito de Brumal, no encontro dos rios Caraça e Conceição, afluentes do Piracicaba, aconteceu a Pré-Conferência das Águas, da qual participamos e durante a qual pudemos constatar o alto nível das discussões e da participação da comunidade local. Brumal é uma vila histórica que luta pela implantação do seu parque aquático e pelo desenvolvimento das atividades de ecoturismo, como alternativa de geração de renda e emprego na região.

Em Nova Era aconteceu uma calorosa e organizada manifestação, através de uma caminhada pelas margens do Piracicaba, seguida por grande concentração. Havia milhares de pessoas nas ruas quando foi dado um abraço simbólico no rio Piracicaba.

Em Ipatinga, os representantes dos diversos movimentos ecológicos da região lotaram o auditório da Prefeitura, quando foi realizado o debate sobre os problemas locais.

A Expedição Piracicaba visitou também áreas de rara beleza natural, como o Parque do Caraça, em Catas Altas, o Parque Estadual do Rio Doce, nos municípios de Timóteo, Marliéria e Dionísio, e a lagoa do Teobaldo, em Antônio Dias, onde já existe um movimento para que seja transformada em área de preservação.

Segundo sua coordenação técnica, os principais problemas ambientais observados durante a Expedição Piracicaba 300 Anos Depois poderiam ser assim resumidos:

- erosão e assoreamento dos cursos d'água, provocados tanto pelo desmatamento avassalador no passado, para a produção de carvão vegetal, como hoje, pelas atividades de agropecuária, monocultura de eucaliptos e pela mineração de grande porte;
- esgoto doméstico de uma população em torno de 700 mil habitantes;
- urbanização desordenada e lixo urbano, exceção para Ipatinga, que tem um aterro sanitário desde 1990, considerado modelo para os municípios de Minas Gerais;
- presença de quatro barragens, garimpo de ouro, poluição hídrica devido às descargas de siderurgia de grande porte.

A Expedição, no entanto, não terminou, inicia agora uma terceira fase, que é a da elaboração de seus produtos: uma exposição de fotografias, um vídeo-documentário e um relatório técnico. A Secretaria do Meio Ambiente e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM - já confirmaram para outubro a realização da Conferência das Águas na Bacia do Rio Piracicaba. Essa Conferência é de suma importância, pois nela vão ser discutidas e lançadas as bases do Comitê da Bacia. Nessa Conferência, a equipe técnica da Expedição estará apresentando a exposição de fotografias, o vídeo-documentário e uma versão preliminar do relatório final.

Em março do ano 2000, a Expedição Piracicaba fará uma exposição itinerante de seus produtos em todos os municípios visitados, aproveitando para mostrar a importância da mobilização social em torno da organização e implementação do Comitê da Bacia do Rio Piracicaba.

Portanto, Sr. Presidente, gostaríamos de encerrar o nosso pronunciamento cumprimentando todos aqueles que realizaram este importante empreendimento. Agora, que estamos constituindo nesta Assembléia e na Assembléia do Espírito Santo a CIP Rio Doce - a Comissão de Estudos da Bacia do Rio Doce -, esta expedição, sem dúvida, acrescentará importantes informações sobre a bacia do rio Doce, porque o rio Piracicaba é um dos principais afluentes do rio Doce, e, se queremos recuperar o rio Doce, teremos de começar nas bacias, nos afluentes e nas microbacias, porque só assim poderemos vê-los recuperados e só assim garantiremos esperança para a nossa população, em termos de qualidade de vida. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Pinto Ribeiro - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós, que vivemos na Capital do Estado, que temos oportunidade de percorrer as grandes cidades brasileiras, presenciamos atos de vandalismo praticados por jovens e adolescentes, danificando o patrimônio com pixações de toda ordem, o que traz um mal-estar muito grande a todas as pessoas que convivem nessas cidades.

Por isso, estou apresentando nesta tarde um projeto de lei que visa dar ferramentas às autoridades a fim de coibir esses abusos por parte de jovens e adolescentes.

O projeto de lei dispõe sobre medidas educativas para jovens flagrados em atos de vandalismo contra o patrimônio público ou privado. (- Lê:)

"Art. 1º - O poder público oferecerá cursos específicos, com conteúdo de cidadania, direitos humanos e de respeito ao patrimônio público e privado, aos jovens flagrados pela autoridade policial cometendo atos de vandalismo contra bens públicos e privados.

Art. 2º - A participação nos cursos a que se refere esta lei tem caráter voluntário, podendo ocorrer mediante encaminhamento dos órgãos de assistência judicial ou determinação judicial.

Art.3º - Os cursos terão por objetivo transmitir aos jovens ideais de respeito e consideração ao patrimônio público e privado, bem como estimular a cidadania, por meio da conscientização de seus deveres e direitos.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei, indicando o órgão responsável pelos cursos e detalhando o seu conteúdo.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação: Uma que sente o habitante das grandes cidades diz respeito à insatisfação manifestação de revolta dos jovens - os chamados "grafiteiros" - em quase todos os espaços urbanos, na forma de pixação de muros e paredes de prédios governamentais e de fachadas de estabelecimentos comerciais, bem como o gesto atrevido de sujar e pintar os monumentos públicos com as suas mensagens de mau gosto.

Entre os casos mais extremos, os adolescentes desencaminhados partem para a violência, destruindo cabines e aparelhos telefônicos comunitários, além de extravasar a sua raiva cega contra os veículos de transporte - gestos suicidas, prejudiciais a eles mesmos e a toda a comunidade, que tanto necessita desses equipamentos.

Agindo assim, os rapazes demonstram a sua falta de educação e de espírito comunitário, efeitos calamitosos porém naturais, que a nossa compreensão identifica como decorrentes de dificuldades sofridas desde a sua infância, em lares desprovidos de recursos materiais e psicológicos, pois, comprovadamente, são eles, em sua maioria, filhos desamparados das famílias de baixa renda das regiões periféricas da cidade, vilas e favelas mal atendidas pelos serviços públicos, sem urbanização, moradias dignas, educação, lazer, etc.

Cabe ao poder público encontrar uma solução para este problema, atuando de forma mais educativa do que repressiva, porque percebemos que, escondido no meio dessas

manifestações nocivas e perturbadas de mentes inseguras e mal-formadas, existe o germe de um talento artístico latente e de uma energia criativa que pode e deve ser bem canalizada, a fim de proporcionar a conquista do equilíbrio interno e do auto-respeito a esses artistas potenciais, gerando, por consequência, resultados benéficos também para a comunidade.

Em primeiro lugar, devemos partir ao encontro dessa juventude, organizados em grupos de pessoas preparadas para a assistência social e enriquecidas por recursos técnicos e psicológicos adequados para a tarefa. Procurar conscientizar o nosso público-alvo dos efeitos negativos de suas ações, despertando a sua responsabilidade, é o segundo passo. A seguir, propomo-nos a convidá-los a participar de cursos educativos diversos sobre valores da cidadania, informação histórica sobre o município e noções de arte e cultura. Essa empreitada deve culminar com o fortalecimento de oportunidades práticas para os jovens, como o aprendizado de técnicas de recuperação e preservação das instalações e equipamentos do patrimônio público e privado.

Ao completar o ciclo de cursos do Programa, deve-se oferecer aos participantes as oportunidades de estágios em empreitadas beneficentes, como "Faxina Comunitária da Praça da Estação", "Recuperação do Conjunto de Monumentos da Pampulha", etc., ou ainda, por meio de convênios com empresas da iniciativa privada, da prestação de serviços em firmas comerciais, como reforma de fachadas, equipamentos decorativos e arquitetônicos. Garantindo-lhes a colocação nessas frentes de trabalho, estaremos concedendo-lhes a chance de receberem remuneração proporcional às tarefas executadas e até a um posterior aproveitamento de empregos.

Percebe-se, desta forma, o alcance social desta proposta, em toda a sua abrangência: o "Programa Artista de Rua" recupera para a vivência como cidadãos os moços marginalizados, transformando-os em jovens profissionais e artistas, devolvendo, ao mesmo tempo, à paisagem metropolitana a sua beleza e forma originais.

Confirma-se, ainda, nesse processo, a regra sempre atual que localiza, na educação, o caminho verdadeiro para que a nossa sociedade se liberte dos últimos sinais da barbárie para atingir níveis cada vez mais elevados de civilização e de qualidade de vida."

O Deputado Doutor Viana (em aparte)- Deputado João Pinto Ribeiro, quero cumprimentá-lo pela idéia, dar-lhe nosso aplauso e também avaliar tudo o que V. Exa. está relatando nesse projeto de lei. Estamos apoiando porque é inaceitável o que vemos com relação a essa agressão ao patrimônio, seja público, seja privado. Esse projeto diz respeito total à cidadania, porque quando se pinta um imóvel, inaugura-se qualquer monumento público, ou se recupera um patrimônio público; esse grupo de vândalos agride violentamente esse patrimônio com pichações e frases que demonstram a falta de valores dessas pessoas. Somos extremamente a favor de uma reeducação desses pichadores, que - na maioria são jovens - muitas vezes praticam esses atos por ignorância ou auto-afirmação na sua fase de adolescência e juventude com formação de grupos. Entre eles discute-se quem vai pichar mais ou mais alto - com total irresponsabilidade.

É importante que se chame a atenção mais uma vez para isso e que se busque um caminho para conscientizá-lo, para reeducá-lo, instruí-lo, educá-lo para os valores morais de convivência, de caráter, de apoio e de ajuste à sua família, para que não tenhamos essa imagem extremamente desgastante e desgostosa, que é ver os nossos monumentos públicos e privados agredidos violentamente por essas pichações. Assim, quero parabenizar V. Exa. e dar total apoio à sua iniciativa.

O Deputado João Pinto Ribeiro - Gostaria de agradecer ao ilustre Deputado Doutor Viana, que com suas palavras vem enriquecer a nossa proposição, que busca amenizar essa questão social que vivemos nos dias de hoje.

O Deputado João Batista de Oliveira (em aparte) - Meu caro Deputado João Pinto Ribeiro, gostaria de cumprimentá-lo pelo projeto e pelo estudo que o acompanha e que vem com propostas. V. Exa. tem tradição no trabalho com crianças e adolescentes em Minas Gerais. Todos sabem e reconhecem esse seu trabalho de esforço pessoal.

Ao cumprimentá-lo, quero seguir a linha que V. Exa. seguiu, a do componente sociológico e até psicológico do assunto. Hoje, vemos que os jovens que saem pichando por aí não praticam uma ação, mas uma reação. O Estado brasileiro não oferece segurança nem perspectiva de um futuro seguro para os brasileiros, enquanto são crianças e adolescentes; depois, quando adultos, são tratados como criminosos. A proposta de V. Exa. vem na direção da prevenção.

Vimos, nas contas das ilhas Cayman, que foram dados 10 bilhões para salvar Bancos, sendo que V. Exa., enquanto Secretário de Estado, não conseguiu R\$1.000.000,00 para financiar um programa que tirava as crianças da marginalidade. Mas o Governo faz um vandalismo geral no País.

Acho, neste momento, que os jovens que gostariam de pintar o futuro do Brasil acabam pintando o patrimônio público como uma forma de reação. O Brasil ainda tem que levantar as mãos para o céu por ser só pichação. Se fossem jovens americanos estariam usando metralhadoras nas ruas e fuzilando pessoas.

Portanto, seu projeto vem em boa hora. Sua proposta vai trazer esse tema para a discussão de toda a sociedade. Neste momento, mais do que chamar jovem de bandido, todos nós e o poder público, de modo geral, devemos o resgate de uma dívida histórica com a juventude brasileira, principalmente aqueles que têm a chave do cofre e a usam tão mal. Parabéns.

O Deputado João Pinto Ribeiro - Gostaria de agradecer o aparte do nobre colega João Batista de Oliveira, que, há tempos, vem voltando a sua atenção e o seu esforço para ajudar a juventude excluída de nosso País.

O Deputado Antônio Genaro (em aparte)* - Esta discussão veio a propósito, porque a população da Capital, principalmente a da Grande Belo Horizonte, já não suporta o vandalismo. Se em nossa sociedade há vandalismo, na política e em todas as áreas sociais, com certeza é porque, no passado, não nos preocupamos com os vândalos em seus 15, 18, 20 anos. Além disso, por causa desses jovens, o País tem uma grande perda econômica e sofre, porque a juventude de hoje já não tem uma referência moral, religiosa e de vida. E isso nos preocupa muito. O fato de ser pastor e líder na área evangélica me deixa preocupado e me leva a trabalhar com jovens. Aos adolescentes que freqüentam as nossas igrejas temos dito que não é bom ter más companhias, que, se possível, eles devem influenciar para que esses vândalos venham para a igreja, aprendam o valor do Evangelho e tenham uma referência religiosa adequada.

Recentemente, pintamos as paredes da igreja em que sou pastor, e ela ficou muito bonita. Mas, três ou quatro dias depois, três jovens - um de 22 anos, um de 18 e outro de 16 -, por volta da meia-noite, estavam na pichando. Coincidiu que, no momento, uma viatura estava passando no local. Os policiais pegaram a lata de tinta e a viraram em cima da cabeça desses jovens.

Na verdade, isso traz revolta. Fiz contato com eles e lhes dissemos que éramos evangélicos; que tolerávamos; que aprendemos, inclusive com Jesus Cristo, que, se nos obrigarem a caminhar 1 milha, devemos caminhar 2, mas que, nesse caso, já havíamos caminhado mais de 10 milhas. E exigimos que fossem pintar as paredes pichadas, antes que tomássemos uma decisão judicial, de forma a obrigá-los através da justiça.

Esse assunto tem de ser mais bem discutido. A sociedade mineira, mais propriamente a da Capital, tem de fazer algum tipo de movimentação, para barrar o ímpeto desses vândalos, que estão trazendo muitos prejuízos, até mesmo para pessoas pobres, que vivem um ano juntando dinheiro para pintarem suas casas, e, no dia seguinte, os irresponsáveis passam por lá e picham tudo. Obrigado.

O Deputado João Pinto Ribeiro - Gostaria de agradecer ao nobre Deputado Antônio Genaro e dizer-lhe que penso que um dos problemas que traz tanta violência e tanta desagregação no meio da sociedade é a falta de espiritualidade. E o ilustre Deputado, na sua condição de pastor de almas e evangélico, vem contribuindo para que a nossa sociedade seja menos agitada, menos dura quanto a esse tipo de jovens.

Parabéns pelo trabalho que, com certeza, realiza na sua igreja, para amenizar a vida e fazer com que as pessoas que lá freqüentam pensem mais em Deus e deixem de pensar em tanta violência. Muito obrigado a todos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos trazer a esta Casa a nossa grande preocupação com a região que temos a honra de representar. Trata-se da nossa inclusão na zona-tampão referente à febre aftosa. Estamos pagando caro pela desorganização de outros Estados nossos vizinhos: Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Quarenta e oito por cento de nosso rebanho está incluído na zona-tampão. Comercializamos em torno de 68 mil cabeças com o Sul de Minas e o Triângulo e, a partir de agora, estamos impedidos de fazê-lo. A Comissão de Agricultura, através de nosso Presidente, Deputado João Batista, recebeu do Presidente do IMA, Dr. Célio Gomes, proposta para criar uma linha de crédito de R\$300.000.000,00 como forma de compensar as perdas que teremos em nossas regiões. Precisamos ter êxito e, para tanto, contamos com a ajuda de todos os Deputados desta Casa. Precisamos reabrir um grande frigorífico, que temos em Janaúba, que é o frigorífico Kaiova, um dos maiores da América Latina, que pode gerar mais ou menos 500 empregos diretos e mais de 2 mil empregos indiretos em nossa cidade, gerando, também, grande parcela de ICMS. Reabrindo esse frigorífico, mandaremos produtos de primeira qualidade para outros mercados.

Contamos com a ajuda do nosso Governador Itamar Franco, que se encontra sensibilizado com o problema. Contamos, também, com a ajuda do Secretário da Agricultura, Dr. Raul Belém.

Precisamos destinar a verba do PRONAF, que é de R\$3.400.000,00, para essa área afetada pela zona-tampão, para financiar os nossos produtores, a fim de que mantenham seu rebanho durante esse período.

É grande a nossa preocupação por estarmos proibidos de comercializar o nosso produto, esperando não ficarmos incluídos durante muito tempo nessa zona-tampão. Vamos lutar junto às autoridades competentes para sairmos dessa situação, pois o nosso forte é a pecuária. A febre aftosa encontra-se erradicada em nosso Estado há mais de três anos e fomos atingidos pela desorganização de outros Estados. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezada assistência, são três assuntos que me trazem à tribuna na tarde de hoje.

O primeiro assunto é a polêmica que, há dois ou três dias, é alvo de matéria da imprensa, com relação à entrevista ou declaração do Vice-Governador Newton Cardoso de que teria um dossiê a respeito de procedimentos ou de atos ilícitos que teriam ocorrido durante a votação da emenda à Constituição que permitiu a reeleição do Presidente da República. Ele teria dito à imprensa que tinha um dossiê que provava algumas irregularidades ocorridas durante as gestões de negociação, no Congresso Nacional, para aprovação da reeleição. Diante disso, os jornalistas procuraram diversos políticos de ambas as correntes políticas, para buscar opiniões e saber o que pensávamos. Instado por diversos jornalistas, como integrante do PSDB, partido do Presidente da República, disse e repito que achava que as acusações do Vice-Governador eram muito graves e que, uma vez que havia dito que tinha um dossiê, e o disse publicamente, não teria outro procedimento, a não ser torná-lo público. E disse mais: que, no momento em que dizia que tinha esses documentos, se não os mostrasse, poderia passar a impressão de que estaria tentando chantagear o Presidente da República, e isso, convenhamos, não é um procedimento aceitável, dentro do quadro político em que se quer preservar a ética, o bom entendimento e a seriedade.

Num segundo ponto, fiz uma análise, dizendo que o Vice-Governador estava numa situação complicada, porque, se revelasse o que tinha hipoteticamente, e nada fosse comprovado, ficaria provado que estava blefando. Se, por outro lado, os documentos que tivesse em mãos fossem contundentes e pudessem, de fato, ensejar a possibilidade de irregularidades, teria que explicar o seu silêncio durante o período todo em que tinha conhecimento do fato, e não falou nada.

O Vice-Governador, tomando conhecimento dessas afirmações que fiz, respondeu para a imprensa, está no "Estado de Minas" de hoje, referindo-se a mim da seguinte maneira: é sempre assim, a violência é o argumento dos fracos, que partem para a agressão, porque não têm documentos para se defender, para se explicar. Ele é um bobo, só não foi bobo quando veio me procurar para pedir dinheiro para a sua campanha. Essa foi a frase que o Vice-Governador disse, referindo-se a mim. Quero dizer que nunca procurei o Governador para pedir ajuda para campanha, em hora nenhuma. Ele, mais uma vez, levanta uma perspectiva, uma insinuação, como fez com o Presidente da República. Na hora em que sentiu que a conversa sobre o dossiê ganhou dimensões que ele não esperava, envolvendo até a Polícia Federal, voltou atrás, dizendo que não falou, que a imprensa havia exagerado e inventado, deu marcha a ré. E, agora, fez tal afirmação. Desafio, da tribuna desta Assembléia, e quero que fique registrado nos anais que o Vice-Governador venha dizer, de público, a quantia que deu, através de qual cheque, o número do cheque, o Banco, a data e em qual eleição forneceu dinheiro para minha campanha. E, se não o fizer, vou dizer aqui, e deixar antecipadamente registrado, que ele não passa de um falastrão inconseqüente, porque é preciso medir as palavras quando se refere às pessoas, é preciso ter condições de sustentar o que se está dizendo. Se assim não for, quero dizer que não passa de um falastrão inconseqüente.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Antônio Carlos Andrada, gostaria de dizer algo em relação a esse episódio com o Vice-Governador, que a princípio dizia que tinha um dossiê com uma grande história sobre a reeleição, mas que agora está dizendo que são informações. Além de se referir a V. Exa. dessa maneira, também diz que desconhece os Deputados da Assembléia Legislativa, os Deputados da Bancada do PSDB, que não conhece nenhum, conhece apenas V. Exa. Mas essa tem sido a atitude desse Governador: desconhecer; e não apenas, como está dizendo o Vice-Governador, aos Deputados do PSDB, mas desconhecer o Poder Legislativo. Não temos um dossiê, mas temos várias informações, e são documentos que estão em minhas mãos, que demonstram que essa Secretaria de Turismo que o Governo enviou para cá já existe há muito tempo.

Tenho aqui um ofício da SETUR, e, para quem não sabe, a SETUR é a Secretaria de Turismo, apesar do Poder Legislativo não ter autorizado a sua criação. E esse Ofício nº 8, de 13/4/99, diz que a Secretaria do Estado de Turismo está em fase de implantação e atendendo a demandas de interesse do Governo na Praça Rio Branco, 56, e, "para fazer face a algumas despesas miúdas e inevitáveis, solicito a V. Exa. providenciar, junto à Junta de Programação Orçamentária e Financeira, a aprovação de uma cota orçamentária financeira, através da TURMINAS, Empresa Mineira de Turismo, no valor mensal de R\$4.735,00".

Está aqui o nome do Deputado Ronaldo Vasconcellos, Secretário de Estado de Turismo, mas assina, por ele, Antônio Henrique Borges.

Depois, temos uma planilha de custo parcial da Secretaria de Estado de Turismo, via TURMINAS, recurso do Tesouro estadual. Então, vêm contratos com a MGS - uma secretária com salário de R\$880,00, encargos: R\$1.392,00, vale- transporte, vale-alimentação, combustível, viagens, diárias, duas idas e duas voltas de Brasília, parâmetro por mês/custo num total de R\$4.735,00.

Temos aqui, Deputado Antônio Carlos Andrada, um recibo assinado pela Sra. Márcia Pereira, que tem um contrato de serviços prestados, mas, na verdade, pelo que me parece aqui, ela é Secretária do Subsecretário de Turismo.

Agora temos o Ofício nº 9, da SETUR, de 15 de abril, e aí diz novamente: "...até a criação definitiva da Secretaria, com a mudança, ajuste e carga patrimonial, solicito a V. Exa. com a máxima urgência" (solicitando, então, ao Secretário de Estado de Indústria e Comércio), "juntamente com a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, encontrarmos uma forma de entendimento legal".

Aqui temos um novo recibo de R\$400,00, referente às despesas de viagem do Sr. Antônio Henrique Borges.

Depois, temos novamente da Secretaria de Turismo de Minas Gerais, solicitando a gentileza de providenciar fundo de caixa no valor de R\$100,00, para cobrir despesas eventuais da Sra. Márcia Pereira.

O Ofício nº 11 da SETUR solicita duas secretárias, duas recepcionistas.

Obrigado, Deputado. Então ele solicita duas secretárias, duas recepcionistas, quatro porteiros, um garçom, uma copeira, duas faxineiras, um servidor para serviços gerais (bombeiro hidráulico e eletricitista), quatro vigias, um motorista e um mensageiro. Está novamente no papel da Secretaria de Turismo o nome do Deputado Ronaldo Vasconcellos. Mas assina novamente o Sr. Antônio Henrique Borges.

Depois mais uma folha fazendo face às despesas da impressão de um folheto para impressão de folheto e "folder" - "Terras Altas da Mantiqueira" -, no montante de R\$2.250,00. Novamente esse Ofício nº 12, com o nome do Deputado Ronaldo Vasconcellos, mas assinado pelo Sr. Antônio Henrique Borges.

O Ofício nº 13 - valor R\$13.250,00; para pessoal de apoio R\$9.100,00. Dois porteiros, garçons, copeira, vigia, jardineiro e as contas da CEMIG, da COPASA-MG, da TELEMAR,

café, açúcar, água potável.

O Ofício nº 14 - também o Sr. Antônio Henrique assinando em nome do Deputado Ronaldo Vasconcellos, solicitando um veículo ao Sr. Luiz Sávio de Souza Cruz, Secretário de Estado de Recursos Humanos e Administração. Agora ele solicita ao Sr. Evandro Neiva, Superintendente da Administração a cessão dos funcionários Ana Lúcia Rosário, Glória Maria Naves, Helena Maria e outros.

Depois, diz, no Ofício nº 18, que a funcionária Sílvia S. de Carvalho Alvim, lotada na Secretaria de Estado da Administração e Recursos Humanos, encontra-se à disposição da TURMINAS e vai prestar serviço à Secretaria de Turismo. Então, esse é um Governo, Deputado Antônio Carlos Andrada, que desconhece a Assembléia Legislativa. Vamos fazer papel de bobos. Está correto o Vice-Governador. Vamos votar uma Secretaria de Turismo que já tem secretárias, recepcionistas, já tem o seu custeio, os gastos, que já está oferecendo o seu logotipo para eventos no Estado de Minas Gerais.

Quero informar a V. Exa. que estamos encaminhando ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas essa documentação. Estamos recebendo mais documentação ainda sobre essa secretaria-fantasma. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Veja bem, prezado Deputado João Leite, a seriedade das denúncias que V. Exa. faz. Ele diz, no documento, que a Secretaria está em implantação. Sequer ela foi votada nesta Casa. Como está em implantação algo que pode ser rejeitado aqui? E se a Assembléia disser que essa Secretaria não será criada? Como ela está em implantação? Ela poderia estar em implantação logo após a votação em Plenário. Até que ela realmente se estruture, estaria num processo provisório de implantação. Mas esse documento é de abril. Nem sequer o projeto estava nesta Casa.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Deputado Antônio Carlos Andrada, vou ser rápido. Quero também manifestar solidariedade a V. Exa. Na verdade, quem o acusa não deveria estar no poder público ou no serviço público. Nós o conhecemos muito, também. Trabalhei com esse senhor tempos atrás. Na verdade, O Sr. Newton Cardoso não tem o mínimo de caráter para ser um servidor público.

Quero fazer referência à revista "Veja" do dia 5/5/99, que traz a seguinte reportagem: "Caso de Polícia. Sumiu a carteira do ex-Governador Miguel Arraes naquela cerimônia em que o Governador mineiro Itamar Franco promoveu farta distribuição de medalhas a políticos da esquerda tradicional e a alguns novos carbonários, como Newton Cardoso e Orestes Quércia". Isso é a "Veja" que está falando.

É bom que se esteja tratando aqui também do Grande Hotel de Araxá. Já existe uma comissão instalada e já se prevê a instalação de uma CPI. Queremos saber onde estão os lustres do Grande Hotel de Araxá. Esse Governo está querendo parar o Grande Hotel de Araxá, agora, para outros atos de corrupção, como o sumiço de seus lustres?

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço as palavras de V. Exa.

Sr. Presidente, como o meu tempo está acabando, vou falar apenas do meu segundo assunto. Hoje, o "Minas Gerais" publicou um ato do Presidente desta Casa, no qual exonera os servidores Elcio Costa Moreira, Herculano Lamounier Fernandes e Júlio César dos Santos Esteves e designa para o lugar desses os servidores Cristiano Félix dos Santos Silva e Leonardo Bergson Castro Santos. Não quero entrar no mérito, se a mudança é boa ou não. Não conheço os servidores, não estou fazendo juízo de valor. Estou apenas questionando e ratificando o que venho dizendo: há falta de comando nesta Casa.

Vejam bem. O Sr. Presidente não está aqui, está no exterior. Não é possível que tenha assinado esse ato. Esse ato saiu publicado, hoje, no "Minas Gerais", alterando funções desta Casa, administrativamente. Isso é ausência total de comando, é baderna e falta de controle. Não é possível que isso perdure nesta Casa.

Tive informações, embora já estivesse sabendo, de que temos um novo Rasputin na Assembléia. Rasputin era aquele bruxo que mandava na corte do czar, na Rússia. Ele mandava mais que o imperador e que a imperatriz, fazia e desfazia no poder. Temos aqui uma pessoa que encarna bem essa função, que é o Sr. João Franco. Dizem que ele manda mais que os Diretores, mais que os membros da Mesa, atropela ordens, cancela ordens, encaminha documentos para a Imprensa Oficial, faz e desfaz, dizendo realmente o que esta Casa tem que fazer. É um funcionário contratado, pelo que sabemos, por notório saber, com dispensa de licitação. Não é possível. Esta Casa não pode ficar sujeita a esse tipo de coisa. Aqui está o nosso protesto pelo ato, pela maneira como ele foi feito, pela maneira como as questões administrativas desta Casa estão sendo conduzidas. Não estamos aqui fazendo, volto a dizer, juízo de valor com referência ao mérito dos atos, mas à forma e à maneira como estão sendo feitos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Quero informar ao nobre Deputado Antônio Carlos Andrada que o seu requerimento já foi recebido, será publicado no "Minas Gerais" e a Mesa se pronunciará oportunamente.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores, trago à consideração dos ilustres Deputados um assunto que preocupa toda a nossa sociedade. Gostaria de ter tratado desse assunto há mais tempo, mas não tive oportunidade. Trago à consideração dos meus pares uma sugestão. Gostaria de tratar, também, de um assunto que está na ordem do dia, que é a questão do desemprego. O desemprego tem atingido níveis insuportáveis, que mostram que o nosso País não pode, definitivamente, conviver com esse malefício, que, sem dúvida alguma, leva o infortúnio a muitas famílias brasileiras e, mais do que isso, tira a dignidade humana. Apresento, para a consideração dos senhores, um projeto que apresentei na Câmara Municipal de Belo Horizonte e que está, ainda, em tramitação, o qual cria uma central de empregos em Minas Gerais. Ela será, na verdade, uma oportunidade de relacionarmos a oferta com a demanda, nas diversas regiões do Estado, no sentido de propiciarmos mais oportunidades para essa gente sofrida que, hoje, não tem seu emprego.

Meus amigos, a Fundação João Pinheiro desenvolveu um trabalho que apurou uma taxa de desemprego de 18,4%, em abril de 1999, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em números absolutos, isso representa 345 mil pessoas sem ocupação remunerada. Se levarmos em conta que a metodologia utilizada não inclui aqueles que já desistiram da busca de vagas para trabalhar, chegaremos à conclusão de que o problema pode ser ainda muito mais grave. O que mais preocupa é que esse número subiu de março para abril. Em março, tínhamos 13 mil desempregados a menos. Com relação a abril do ano passado, o número é mais assustador. Havia, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 297 mil desempregados. Nesse período, o número de desemprego aumentou 2,8%. Isso significa que há 48 mil pessoas a mais sem ocupação nessa região. Estamos, na verdade, assentados sobre um barril de pólvora. Os números da violência são um indicador claro de que o tecido social começa a esgarçar-se e de que o País, a menos que haja uma reação por parte de toda a sociedade, poderá mergulhar, muito em breve, numa guerra civil não declarada, de consequências imprevisíveis. O Governo Federal e as elites nacionais, a quem cabe boa parte da responsabilidade pela situação a que chegamos, precisam acordar de seu sono em berço esplêndido para encarar de frente a realidade cruel que se abateu sobre a gente brasileira.

A CNBB já atentou para a questão, elegendo-a para tema da Campanha da Fraternidade deste ano. Lideranças religiosas, entidades representativas da sociedade civil e integrantes da oposição ao Palácio do Planalto já tomaram consciência do tamanho do abismo que se abre diante dos caminhos do País. Precisamos, agora, de uma ação pronta e efetiva. Para começar, nada melhor do que desmascarar as principais mentiras que os defensores do modelo neoliberal têm tentado impingir à Nação.

Em primeiro lugar, é forçoso admitir que existe um desemprego estrutural, causado pela evolução tecnológica, que, aumentando a eficiência da máquina, diminui a necessidade da mão-de-obra humana. O fenômeno acontece no mundo inteiro. Entretanto, ele não é, por si só, causa de dramas sociais.

Em Estados como os da Europa e da América do Norte, após um curto período de acomodação, durante o qual o indivíduo alijado do mercado de trabalho recebe treinamento e se familiariza com as novas tecnologias, ele é reabsorvido, num processo natural de adaptação. Para comprovar o que estamos dizendo, basta verificar, por exemplo, os indicadores de emprego nos Estados Unidos.

Entre nós, entretanto, graças à atuação equivocada de um Governo totalmente descomprometido com a população e de elites irresponsáveis, cevadas como o lucro fácil da especulação e dos negócios de legitimidade duvidosa, a questão assume aspectos trágicos.

Ao desemprego estrutural soma-se aquele causado por uma administração desastrosa, que, para satisfazer às exigências do FMI, representante dos interesses do capital internacional,

mantém nas alturas a taxa de juros, tira todo o estímulo às atividades produtivas e suprime os investimentos estatais em políticas públicas, para a remuneração dos grandes especuladores.

Outra balela contada pelos ideólogos do Planalto é que, no mundo inteiro, caminha-se para o fim do emprego formal. Com essa desculpa criou-se, no País, um mercado informal de trabalho, que sobrevive à margem da legalidade. Ao reconhecê-lo, o próprio Governo dá foros de legitimidade aos que exploram a mão-de-obra ao arrepio das garantias mínimas que a lei concede ao trabalhador. Enquanto isso, nos países de onde nos vêm prontos e amarrados os pacotes econômicos indigestos, a população goza de uma sólida rede de proteção social, que a ampara contra todas as vicissitudes.

Em nome da globalização e do aumento da competitividade do produto nacional no exterior, prega-se, como solução para o desemprego, uma flexibilização da legislação trabalhista. Imaginem os senhores, flexibilizar significa extinguir conquistas históricas das classes assalariadas para entregá-las, sem defesa, à exploração desumana do capital. Significa eliminar a Constituição Cidadã, de 1988 - que tem seus equívocos, que precisamos contornar, mas que não é esse o caso -, os direitos sociais, que são o resultado da vitória da população brasileira sobre o arbítrio e o autoritarismo. Isso não podemos permitir. Pois é esta a solução que nos oferecem os gestores da política econômica posta em prática hoje, no País: uma política sem criatividade, que repete, à exaustão, o velho receituário ortodoxo; uma política covarde, que só sabe massacrar o operário, o pequeno empresário, o funcionário público, o aposentado e as viúvas. Querem espoliar os fracos de seus mínimos direitos, deixando-os expostos aos abusos das forças do mercado. Até mesmo a justiça do trabalho, último refúgio da classe laboral, querem extinguir, sob o argumento de que é onerosa e contribui para o aumento do déficit público. Os verdadeiros responsáveis pelo déficit são esses juros absurdos e imorais, contra os quais nada se faz.

A realidade é assustadora, senhoras e senhores. As pesquisas nos mostram que, no primeiro trimestre do ano, mesmo as vagas no mercado informal, aquele que ignora os direitos trabalhistas, as férias, o 13º salário, o fundo de garantia e a previdência social, tiveram redução. Isso significa um recuo, em termos absolutos, das oportunidades de emprego no Brasil.

Diante desse quadro, para garantir o sustento da família, faz-se de tudo: aceitam-se condições de trabalho intoleráveis, conforma-se com salários aviltantes, assume-se uma carga horária excessiva, trabalham-se horas extras sem remuneração, o que configura, na verdade, uma forma moderna de escravidão.

A entrada excessivamente rápida do País no contexto da economia globalizada fez com que nossa indústria fosse exposta a uma concorrência feroz e predatória. Nessas circunstâncias buscou-se, a todo custo, o aumento da produtividade como condição para a sobrevivência num mercado altamente competitivo. Essa busca implicou, sobretudo, a redução dos quadros das empresas, com a conseqüente extinção de postos de trabalho, que foram cortados aos milhares, de uma hora para a outra. Por outro lado, se os trabalhadores sofreram todas as conseqüências dos ganhos de produtividade, não tiveram acesso a nenhum dos benefícios dele.

O Plano Real, na verdade, em sua primeira fase, conduzida pelo Presidente Itamar Franco, promoveu a recuperação do valor dos salários. Entretanto, na medida em que foi desviado de seus rumos primitivos para colocar-se a serviço das exigências do capital especulativo internacional, fez reverter essa recuperação, castigando impietosamente a massa operária.

Uma administração equivocada, que voltou as costas às necessidades do povo brasileiro e buscou somente agradar aos grandes investidores, levou-nos à beira do caos à custa de tanto ouvir falar na questão do desemprego. A nossa consciência vai, pouco a pouco, tornando-se anestesiada, com relação à urgência do problema. Não podemos, no entanto, iludir-nos. A menos que se encontrem soluções imediatas, a convulsão social será o preço que a história cobrará por tantos desacertos. Por isso, alertamos todas as forças vivas da sociedade para que seja intensificada a luta contra o modelo neoliberal e seja empreendida uma cruzada para combater o desemprego. Precisamos de ações em âmbito da macroeconomia e de iniciativas pontuais que se complementem e façam reverter esse quadro que tende rapidamente a se degenerar.

Em termos de macroeconomia, é urgente deter a política suicida que vem sendo praticada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, mesmo que isso nos custe processos traumáticos. Precisamos pôr um basta à auto-suficiência do grupo palaciano, responsabilizando-o e ao Presidente da República pelos sucessivos equívocos, pela falta de compromisso com o Brasil e pela pouca transparência de procedimentos, como ficou patente no caso das privatizações.

No âmbito das ações pontuais, precisamos de projetos que incentivem os segmentos que mais geram postos de trabalho, como é o caso das micro empresas e das pequenas empresas e do setor de prestação de serviços. Neste último, temos que enfatizar a importância do turismo, atividade para a qual o Brasil e, especialmente, Minas Gerais têm uma vocação nata. Nesse sentido, encontra-se tramitando na Casa um projeto de iniciativa do Governo do Estado, criando a Secretaria de Estado do Turismo, que, num primeiro momento, tem de se dedicar a tais questões.

Contra o sofrimento da gente brasileira e a favor de novos horizontes para nosso povo, juntemos nossas forças. Onde há resistência, sempre, sempre, Srs. Deputados, há esperança!

Quero dizer que estamos apresentando um projeto de lei, a fim de que V. Exas. nos ajudem e se dediquem ao assunto, que cria a central de empregos em Minas. Além disso, é importante lembrar que o Governador do Estado está estudando a criação de frentes de trabalho na região metropolitana. Em 1984, quando era Vereador, apresentei na Câmara Municipal de Belo Horizonte o projeto "Sopão para os Desempregados". O nosso Secretário de Trabalho, que era o então Deputado Federal Ronan Tito, absorveu a idéia e começou a distribuir sopa para a população de Belo Horizonte, que, naquela época, estava passando fome, na periferia, e criou as frentes de trabalho.

Hoje, conforme proposta do Governador Itamar Franco, as frentes atuarão na construção de casas populares, na recuperação de ruas, estradas e do meio ambiente. O Governo Estadual está estudando também a distribuição de cestas básicas entre as famílias de desempregados. É importante dizer que esses estudos do Governador Itamar Franco - dos quais tomamos conhecimento por meio de participações em debates - devem ser levados à opinião pública, porque a população e esta Casa devem saber que tais atitudes são importantíssimas, pois o povo está desempregado, o povo está passando fome, e com essa vida indigna não podemos nos conformar.

Para terminar, utilizarei o tempo restante, agradecendo, antecipadamente, o aparte que será feito pelo Deputado João Paulo. Tenho a certeza de que, como homem sensível que é, conhecemos a sua trajetória, pois foi Vereador junto comigo, irá contribuir para este debate.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Casa deve se posicionar com relação a isso.

Ver o índice de desemprego com que o Brasil e a região metropolitana estão convivendo é realmente algo catastrófico. Não podemos conviver com os infortúnios de nossa população: ver um pai de família, que batalha por dias, às vezes meses inteiros, chegar em sua casa sem ter o que dar de comer a seus filhos e não poder dizer a sua esposa e seus filhos que não encontrou dignidade na sociedade para dar-lhe emprego, para que pudesse dar sustento à sua família.

São essas questões, Deputados, que esta Casa, que representa o povo de Minas Gerais, deve debater. Portanto, trago essa pequena contribuição, no sentido de tentar minimizar o problema, criando a central de empregos em Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembléia, gostaríamos de discutir o parecer da comissão especial criada para avaliar a indicação feita pelo Governador do nome do Sr. Wellington Eustáquio de Jesus para a Presidência da UTRAMIG.

Não queríamos nem tratar da questão do nome do Sr. Wellington Eustáquio, porque o parecer da comissão é pela aprovação do seu nome, e conhecemos a sua pessoa. Avaliou a comissão especial que é uma boa indicação. Mas gostaríamos de, especialmente, discutir a forma, a maneira como novamente - e estou ficando repetitivo tanto na tribuna quanto no Plenário desta Assembléia, em apartes, sobre esse assunto - houve uma desconsideração do Poder Executivo em relação ao Poder Legislativo no Estado de Minas Gerais.

Há pouco, apresentamos a questão da Secretaria de Turismo, chamada SETUR, que, inclusive, já tem ofícios numerados e toda uma infra-estrutura funcionando. Nesse caso específico, está claro o desrespeito do Poder Executivo para com o Poder Legislativo, já que, em abril, quando os Secretários indicados começaram a solicitar infra-estrutura para o funcionamento das respectivas secretarias, sequer o projeto da criação da Secretaria de Turismo tinha chegado à Assembléia Legislativa, o que, efetivamente, aconteceu há duas semanas. Além disso, não teve o Poder Executivo a menor consideração com o Poder Legislativo, porque essa Secretaria funciona desde abril, com um quadro técnico, com observadores que, inclusive, produzem "folders", material para encontros de turismo. E tudo à revelia de uma aprovação da Assembléia.

Em alguns casos, a nosso ver, a princípio, é constatada a falsidade ideológica, porque ninguém pode ser ordenador de despesa antes, é claro, de estar legalmente trabalhando no cargo.

Voltando à questão da indicação feita pelo Governador do Estado para a Presidência da UTRAMIG, constatamos novamente uma violência contra o Poder Legislativo, porque, antes que o Plenário da Assembléia Legislativa apreciasse o parecer da comissão especial - na verdade, essa comissão não aprova o nome, apenas opina, pois quem aprova é o soberano Plenário da Assembléia Legislativa de Minas Gerais -, deveria o Sr. Governador aguardar.

Mas o que fez o Governo do Estado? Antes da apreciação por este Plenário, no órgão oficial do Estado fez constar a nomeação do Presidente da UTRAMIG, violentando a autonomia da Assembléia Legislativa de aprovar o nome, conforme consta na Constituição do Estado de Minas Gerais.

Ora, repete-se, no caso da indicação da Presidência da UTRAMIG, o que estamos acompanhando neste Governo do Sr. Itamar Franco: uma violência constante contra o Poder Legislativo.

Há algumas semanas, tivemos a oportunidade de ouvir do Governador e de alguns Secretários que a Assembléia Legislativa iria cortar 5% de seus gastos, como se o Chefe do Poder Executivo fosse o Chefe do Poder Legislativo. É péssimo para o Estado de Minas Gerais e para a democracia pretender o Governador do Estado fazer da Assembléia Legislativa uma secretaria submissa ao Poder Executivo. O Poder Legislativo é autônomo, como reza a Constituição, pois é ele que fiscaliza constantemente os atos do Poder Executivo. Mas pretende o Chefe do Executivo de Minas Gerais fazer desta Assembléia uma secretaria submissa aos interesses do Palácio da Liberdade. Espero que esta Assembléia, os Deputados, representantes do povo de Minas Gerais, reajam enquanto há tempo. É inaceitável que a Assembléia Legislativa receba uma ordem do Governador do Estado para cortar gastos. Não é o Governador quem manda nesta Casa. Trata-se de interferência inaceitável, que os Deputados e esta Assembléia não podem acatar. Aguardo uma reação dos Deputados a essa ingerência, a essa interferência permanente do Governador nesta Casa. Logo após a apreciação dos pareceres, teremos a apreciação de um veto referente a professoras e servidores do Estado de Minas Gerais, designados, contratados, alguns deles há 15 ou 20 anos trabalhando no Estado, que estão saindo sem direito a férias nem a indenização. Existe toda uma movimentação para manter o veto do Governador à emenda das bancadas da Oposição, do PSDB, PFL e PSN. Mas estaremos atentos para não permitir que os servidores, trabalhadores simples que prestam serviço ao Executivo, ao Governo do Estado, tenham tolhido o seu direito de receber indenização. Estaremos atentos, no Plenário desta Assembléia, para não permitir que isso aconteça. Ontem, os trabalhadores receberam um duro golpe com a manobra de se encerrar a discussão com 12 Deputados no Plenário da Assembléia Legislativa, tirando da Oposição desta Casa o direito de discutir matéria tão importante, relativa a trabalhadores aos quais é negado o seu direito mais elementar. Estaremos votando favoravelmente, mas estamos discutindo, porque novamente o Governo do Estado não respeitou a Assembléia Legislativa.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Segurança Engenharia e Comércio Ltda. Objeto: prestação de consultoria especializada de levantamentos e emissão de laudos técnicos sobre os sistemas de proteção e combate a incêndio instalados no Palácio da Inconfidência e no Edifício Tiradentes. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: 25 dias após a assinatura.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Segurança Engenharia e Comércio Ltda. Objeto: prestação de consultoria especializada de levantamentos e emissão de laudos técnicos sobre os sistemas de proteção e combate a incêndio instalados no Palácio da Inconfidência e no Edifício Tiradentes. Objeto deste aditivo: rerratificação do CTO/12/1999, suprimindo da subcláusula 1.3 os subitens 1.3.5 e 1.3.7 e alterando a redação do subitem 1.3.4. Vigência: 25 dias após a assinatura do contrato originário.

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES

Convite nº 24/99 - Objeto: aquisição de condecorações completas da Medalha da Ordem do Mérito Legislativo. Licitante vencedora: Indústria de Distintivos Randal Ltda. Desclassificada: J. Martins dos Santos e Cia. Ltda. (subitem 7.7).

Convite nº 26/99 - Objeto: aquisição de materiais de telefonia - Licitantes vencedoras: Telecon Ltda. (subitens 1.1 e 1.6 a 1.8), Actel Telecomunicações e Informática Ltda. (subitem 1.5) e Belltec Telecomunicações Ltda. (subitens 1.2 a 1.4).

Convite nº 28/99 - Objeto: aquisição de pneus. Licitante vencedora: Polo Position Pneus Ltda. Desclassificada: Vera Cruz Pneus Ltda. (subitem 1.2).

Convite nº 21/99 - Objeto: reforma, instalação e fornecimento de equipamentos de ar condicionado. Licitantes habilitadas: Cetest Minas e Engenharia e Serviços S.A. e Vemac Engenharia Ltda. Inabilitada: FrioClima Inst. Térmicas e Consultoria Ltda. (subitem 2.1, alíneas "a" e "g").